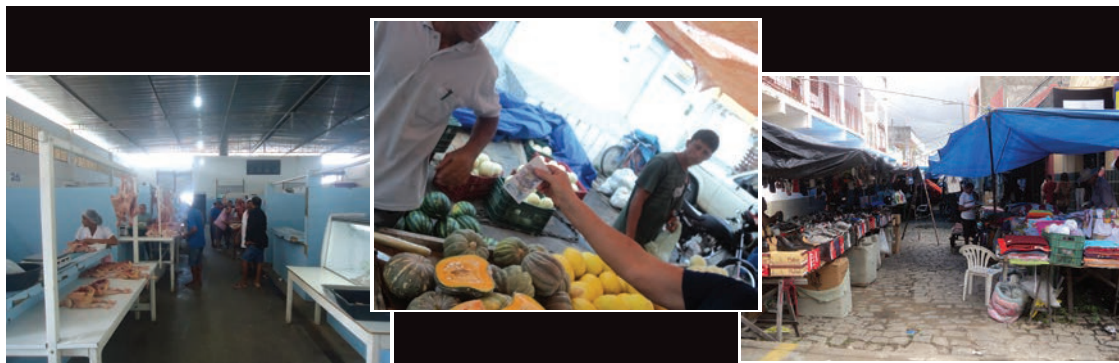


Rosalvo Nobre Carneiro
(Organizador)



**CIRCUITO INFERIOR E FLUXOS SÓCIOESPACIAIS:
A FEIRA LIVRE DE PAU DOS FERROS-RN**





Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitor

Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor

Fátima Raquel Rosado Moraes

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Anairam de Medeiros e Silva



Conselho Editorial das Edições UERN

Emanoel Márcio Nunes

Isabela Pinheiro Cavalcante Lima

Diego Nathan do Nascimento Souza

Jean Henrique Costa

José Cezinaldo Rocha Bessa

José Elesbão de Almeida

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho

Wellington Vieira Mendes

Rosalvo Nobre Carneiro
(Organizador)

**CIRCUITO INFERIOR E FLUXOS SÓCIOESPACIAIS:
A FEIRA LIVRE DE PAU DOS FERROS-RN**



1ª edição - Ebook
Mossoró/RN - 2018

Copyright © 2018 Rosalvo Nobre Carneiro

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida por qualquer forma eletrônica, mecânica, fotocopiada ou gravada, sem a citação da fonte.

Capa e Projeto Gráfico

Leidilson Lira da Silva

Versão digital

Offset Editora

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Carneiro, Rosalvo Nobre/

Circuito inferior e fluxos socioespaciais: a feira livre de Pau dos Ferros- RN/ Rosalvo Nobre Carneiro – Mossoró – RN: EDUERN, 2018.

146p.

ISBN: 978-85-7621-223-2

1. Geografia. 2. Economia regional. 3. Circuitos de fluxos socioespaciais. 4. Feiras livres – Pau dos Ferros/ RN. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 910

Bibliotecária: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783

Dedicatória

Dedico este livro aos feirantes de Pau dos Ferros-RN, que nos acolheram durante a realização da pesquisa, bem como responderam os formulários com gentileza e cordialidade.

Principalmente pelas lutas, dedicações e esforços cotidianos dedicados à manutenção da vida senão também a reprodução simbólica deste espaço cultural que faz parte do próprio espírito do lugar, a *feira*.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela oportunidade de organizar este livro e escrevê-lo conjuntamente com as pessoas que gosto muito e admiro, ou seja, meus alunos e minhas alunas do Curso de Geografia da UERN, Campus de Pau dos Ferros-RN.

Aos discentes, que integraram a pesquisa da FAPERN, ligados ao Programa Primeiros Projetos IV, “Espaço público e circuito de fluxos inferior da feira livre de Pau dos Ferros-RN”: Zé Fontes, Ana Cristina e Caio Anderson, que se dedicaram exaustivamente às leituras e escritas dos textos. Também, a Rafaela, que participou da fase inicial do projeto, realizando pesquisa de campo, cujos dados foram fundamentais à elaboração desta obra.

Aos amigos Ringostar – meu bolsista, de longa data – e Arilane, sempre dedicados e que muito me ajudaram nas atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Ensino e Ciências Humanas (GEPEECH), sem os quais não teria conseguido dar conta deste projeto. Pois, os mesmos escreveram artigos para este livro, sendo fruto destas atividades.

Devo mencionar, também, a brilhante equipe de bolsistas do Ensino Médio, da Escola Estadual “Dr. José Fernandes de Melo”, de Pau dos Ferros-RN: Brígida, Bruna, Geovana, Géssica, Jéssica, João, Joyce e Lara, que fizeram parte da pesquisa do mesmo nome aprovada no Edital FAPERN/CNPq nº 09/2012 - Programa de Iniciação Científica Júnior. Por suas pesquisas de campo junto aos feirantes *in loco*, pelos trabalhos de tabulação e transcrição das informações da pesquisa.

Estendo especial atenção à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte – FAPERN – pelo fato de ter concedido financiamento à pesquisa e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico – CNPq – pelos recursos destinados à pesquisa, fundamentais à realização dos estudos e publicação. Em ambo os casos, o apoio dado através do Edital FAPERN/MCT/CNPq/CT - INFRA 005/2011 PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA PARA JOVENS PESQUISADORES – PPP, foi fundamental.

Aos meus colegas de trabalho da UERN, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH, pela estima e carinho dos mesmos, bem como acolhida que tive, desde o início, como docente permanente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas, sediado em Mossoró, no Campus Central/UERN.

A minha esposa, Rosicleide, e minhas filhas: Karen e Katrina, pelo amor e sorrisos que sempre me fortalece cotidianamente, seja em nosso lar, ou mesmo em lugares distantes, pois sempre as levo nas lembranças.

Lista de Figuras

<i>Figura 1</i> – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: croqui de sua organização espacial	98
--	----

Lista de fotos

- Foto 1** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: bares localizados na área entre a feira de verduras e a feira de animais vivos 59
- Foto 2** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: feira sendo realizada defronte ao açougue público, em 1977 63
- Foto 3** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: o dinheiro material como normatização das trocas locais 80
- Foto 4** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: pequenas inovações, incluindo preço das mercadorias escrito em quadro branco (alto) e balança de precisão (logo abaixo) 81
- Foto 5** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: balança com pesos de ferro, utilizada por feirante e ainda encontrada na feira 82
- Foto 6** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: criança frequentando a feira e fazendo compras 89
- Foto 7** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: cereais típicos do sertão nordestino – feijão, milho e arroz – sendo comercializados no “chão da feira” 97
- Foto 8** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: colheres de pau, típica de um mundo vivido pretérito e que permanece presente no espaço atual 98
- Foto 9** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: espaço destinado à venda de produtos têxteis 99

Foto 10 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: espaço destinado à venda de frutas e verduras	99
Foto 11 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: espaço destinado à venda de produtos industrializados em gerais	100
Foto 12 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: área de comercialização de animais vivos	100
Foto 13 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: circuito superior secundário, representado pelo supermercado (segundo plano)	117
Foto 14 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: comercialização de carnes no interior do Açougue Público Municipal	119
Foto 15 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: uso de veículo do próprio feirante como local de venda	123

Lista de Gráficos

- Gráfico 1** – Alto Oeste Potiguar, RN: municípios com população acima de 10.000 habitantes (2010) 61
- Gráfico 2** – Pau dos Ferros-RN: Produto Interno Bruto Setorial (2010)..76
- Gráfico 3** – Alto Oeste Potiguar, RN: Produto Interno Bruto Setorial (2010) 77
- Gráfico 4** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: frequência com que os consumidores pechinçam 95
- Gráfico 5** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: intervalos de idade com que os feirantes começaram a trabalhar na feira 101
- Gráfico 6** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: frequência com que os feirantes levam seus filhos para lhes ajudar 103
- Gráfico 7** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: frequência com que há conflitos entre feirantes 105
- Gráfico 8** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: melhorias que precisam ser feitas, segundo os consumidores e os feirantes 118
- Gráfico 9** – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: intervalos de tempo no qual os consumidores frequentam a feira 124

Lista de Mapas

Mapa 1 – Localização e limites geográficos de Pau dos Ferros-RN 25

Mapa 2 – Alto Oeste Potiguar-RN: municípios que constituem a região 52

Mapa 3 – Circuito espacial da produção regional da feira livre de Pau dos Ferros-RN: municípios de origem dos consumidores 115

Mapa 4 – Circuito espacial da produção nacional da feira livre de Pau dos Ferros-RN: municípios de origem das mercadorias 122

Lista de Quadros

- Quadro 1*** – Variáveis e características dos circuitos de fluxos socioespaciais superiores secundários e inferiores 32
- Quadro 2*** – Variáveis e características sistêmicas dos circuitos de fluxos socioespaciais inferiores 72

Sumário

Prefácio	17
Introdução	24
Capítulo 1 – Circuitos de fluxos socioespaciais, feira livre e espaço	29
1. Breve introdução aos circuitos de fluxos socioespaciais	30
2. Feira livre e circuito de fluxos inferiores informais	40
3. Os circuitos espaciais da produção das feiras livres	42
4. Espaço público e ações comunicativas nas feiras livres	43
5. Considerações finais	45
6. Referências	47
Capítulo 2 – A feira livre de Pau dos Ferros-RN: espaço e tempo	50
1. Introdução	51
2. Origem das feiras no Brasil	53
3. Cidades e feiras no Nordeste e no Rio Grande do Norte	55
4. A feira de Pau dos Ferros: do século XIX ao XXI	58
5. Organização espacial da feira livre de Pau dos Ferros	64
6. Considerações finais	66
Referências	66
Capítulo 3 – Circuito de fluxos inferiores informais, mundo do sistema e feira livre de Pau dos Ferros-RN	69
1. Introdução	70

2. Os circuitos de fluxos socioespaciais e o mundo do sistema	71
3. Circuito de fluxos inferiores informais e o mundo do sistema na feira livre de Pau dos Ferros	76
4. Considerações finais	83
5. Referências	84

Capítulo 4 – Circuito de fluxos inferiores informais, mundo da vida e feira livre 87

1. Introdução	88
2. Mundo da vida e circuito de fluxos inferiores informais	90
3. O mundo vivido dos feirantes de Pau dos Ferros e seu circuito de fluxos inferiores informais	94
3.1. <i>Linguagem, razão e ação nas atividades da feira livre de Pau dos Ferros</i>	94
3.2. <i>A feira livre de Pau dos Ferros e seu conteúdo em cultura, personalidade e sociedade</i>	96
4. Considerações finais	104
5. Referências	106

Capítulo 5 – Os circuitos espaciais da produção da feira livre de Pau dos Ferros-RN 108

1. Introdução	109
2. Circuito espacial da produção ou área de ação dos circuitos de fluxos sociais	110
3. Os circuitos espaciais da produção da feira livre de Pau dos Ferros	114
3.1. <i>Fluxos sistêmicos de mercadorias e dinâmica espacial da feira livre de Pau dos Ferros</i>	117
3.2. <i>Fluxos de pessoas e dinâmica espacial da feira livre de Pau dos Ferros</i>	123

4. Considerações finais	125
5. Referências	126

Capítulo 6 – Espaço público e ações comunicativas na feira livre de

Pau dos Ferros-RN 128

1. Introdução	129
2. Sobre espaço público e ação comunicativa	130
3. Espaço público, feira livre e agir comunicativo	133
4. Espaço público, espaço privado, reprodução simbólica e material da/na feira livre de Pau dos Ferros	136
5. Considerações finais	138
6. Referências	139

Conclusões 141

Índice Remissivo 143

Prefácio

Emocionou-me, desde logo, a dedicatória deste livro: aos feirantes de Pau dos Ferros, cidade pequena do interior do Rio Grande do Norte, que visitei clandestinamente, passando rapidamente, quando fiz trabalho de campo com colegas e alunos de Geografia da UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando por aí andei com uma bolsa DCR – Desenvolvimento Científico Regional, do CNPq.

Agora, sou convidada a prefaciar este livro coordenado por meu colega Rosalvo Nobre Carneiro e sua tentativa de compreender os circuitos da economia urbana de Pau dos Ferros, valendo-se em sua inspiração da magistral obra de meu querido amigo, parceiro e mestre Milton Santos intitulada: *O Espaço Dividido – Os Dois Circuitos da Economia Urbana*.

Esta reflexão de Milton Santos custou a chegar ao Brasil, embora seja uma obra importante sobre a teoria da urbanização nos países pobres. Eu tenho sua edição original em francês – *L'Espace Partagé – Les deux circuits de l'Economie Urbaine*, editado em Paris em 1975. Hoje, depois de ser publicada pela Livraria Francisco Alves do Rio de Janeiro, em 1979, está nas Edições da EDUSP graças ao discernimento de Marie-Hélène Tiercelin dos Santos, mulher de Milton Santos, que providenciou a reedição de toda obra de Milton por essa Editora paulista.

Tudo isso para dizer da minha alegria, emoção e interesse em conhecer este exercício feito pelo meu colega e seus alunos de Pau dos Ferros para conhecer a constituição do circuito inferior da economia urbana, representada pela feira de Pau dos Ferros, cidade do extremo oeste potiguar.

Não se trata de um trabalho trivial, a obra de Milton Santos! Para entendê-la e aplicá-la, muitos são os requerimentos teóricos e empíricos! E o maior dele é entender sobre a *totalidade* – o mundo e sua constituição,

como processo e como totalidade – de modo a perceber como riqueza e pobreza estão indissociavelmente interligadas. E como isto se reflete no uso do território da cidade, pelas práticas econômicas e sociais. Mundo como constituição humana, não como Planeta Terra, confusão sempre feita por estudiosos e militantes das questões ambientais.

Muitos leitores do Espaço Dividido, logo que tivemos notícia dela no Brasil, não a entenderam e formularam críticas desfocadas mais a Milton do que a sua obra. E intelectuais importantes aqui do Sul não hesitaram em taxá-lo de estruturalista, dualista e todos os “istas” a que teve direito! Acompanhei isso bem de perto, pois convidara o autor a ministrar um curso na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, onde ensinei por longos anos, exatamente sobre esse tema.

Tempos difíceis para Milton que acabara de voltar ao Brasil e buscava aqui se implantar! Mas tempos de grandes e importantes debates que se perderam no ar, pois lamentavelmente são poucos aqueles que como Rosalvo Nobre Carneiro e seus alunos se dispuseram a conhecer e exercitar sobre essa obra magistral.

Mas vamos ao livro! As saudades e memórias são minhas relíquias, que compartilho um pouquinho com os autores e leitores, neste espaço privilegiado da primeira leitura da obra que é do prefaciador.

Privilégio imenso este, de elaboração de prefácios!

Chama a atenção desde logo o cuidado na organização material do livro, revelando um enorme respeito pelo leitor, facilitando suas buscas e leituras com listas de figuras, mapas, fotos, quadros... e até índice remissivo! Aliás, mesmo sendo em meio digital, esse é o primeiro contato que tive com a obra. Mas é como se o tivesse ao vivo e a cores!

Mas chama a atenção também, logo no início da leitura, o afeto e clareza do organizador da obra, nas páginas iniciais, sobretudo nos agradecimentos. Clareza e singeleza, sinônimos para mim de sinceridade e autoridade reveladas pelo seu texto.

Este livro, como se vê, é constituído de uma Introdução, seis capítulos organizados por autores distintos (alunos do Professor Rosalvo) e as conclusões. Mas, desde logo se verifica o papel do coordenador não apenas na organização dos textos para publicação, mas na coerência que existe entre eles, tanto na articulação da argumentação científica utilizada por cada um dos autores, como na coerência do método adotado pelo professor na sua prática de ensino e pesquisa.

Em *O Espaço Dividido – Os dois circuitos da Economia Urbana*, escrito na metade do século passado, Milton Santos, antecipava aquilo que teoricamente viria a clarear, décadas depois, em seu trabalho teórico e epistemológico que deixou como legado a Geografia e, especialmente aos geógrafos do terceiro mundo e, particularmente, aos brasileiros.

Vê-se, logo no início da obra, que Milton Santos buscava uma mudança de paradigma, objetivo, aliás, que percorreu em toda sua obra escrita, consubstanciado em: *A Natureza do Espaço*, lançada em 1996. Mas essa preocupação paradigmática vai sendo demonstrada sempre, a cada trabalho publicado. Um tabuleiro de ideias que se aprofunda a cada publicação, a cada obra. A questão dos circuitos, anunciada em: *O Espaço Divido – Os dois circuitos da Economia Urbana dos países Subdesenvolvidos*, vai ser retomada em diferentes obras sobre o conhecimento da urbanização. Esta é a complexidade para o uso e conhecimento desse magistral autor.

A ideia de circuito, não cara a ele, definida com muita precisão, usando com correção este conceito é uma delas. Palavra que ele usará em distintas argumentações e que tem o sentido exato: circuito como círculo, como algo finito. Assim também é a ideia de fluxos, fluidez, tão cara ao nosso autor inspirador, importante para a compreensão da constituição dos usos do território. Fluidez significando sempre movimento, possibilidade de ação do capitalismo, que necessita da fluidez do território para viabilizar-se, contrariando as economias pobres, caracterizadas pela viscosidade do território. Pela lentidão no uso do território. Então qual o uso do território pelo circuito inferior? Quais são suas dinâmicas? Como a Feira de Pau dos Ferros o retrata?

Sendo a Geografia uma ciência do presente é preciso sempre, atualizar a obra do autor e incorporar aquilo que ele foi oferecendo aos leitores, como resultado de suas reflexões criações.

Importante chamar a atenção dos leitores para a proposta feita nesta obra que prefacio, no uso do termo fluxo, que eventualmente poderá servir de encaminhamento para a resolução da pretensa dualidade dos *dois circuitos* – na obra de Milton Santos – Circuito inferior e superior – com o conceito de fluxos socioespaciais.

Não se trata de uma contraposição (como citado na Introdução, página 27), pois a essência do conceito prevalece, mas de maior clareza sobre algo que apresentava-se como dual, diante de algo que se caracteriza como uma totalidade em movimento – o território usado, expressão histórica das relações sociais, isto é, do espaço geográfico. Importante anotar aqui esse debate que poderá se constituir em um avanço e aprimoramento conceitual da obra de Milton Santos, feita pelo organizador desta obra. Fluxos e circuitos são dois conceitos trabalhados por Milton Santos, como dissemos acima. Ambos indicam movimentos que caracterizam a indissociabilidade entre sistemas de objetos e ações, ou seja a constituição do espaço geográfico. Porém, o fluxo, indica um movimento permanente da totalidade, na geografia expressa pela natureza dos usos do território. Circuito, no entanto, refere-se a círculo, algo fechado, diferentemente de fluxo. Certamente, por se distinguirem em seus processos de produção, embora interagentes tenha sido a razão pela qual Milton Santos os denominou **inferior**, compreendendo *as atividades de fabricação tradicionais, como o artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços* (SANTOS, 1979, p. 17) e **superior**, *aquela que se originou diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios.* (SANTOS, 1979, p. 16). Estes são pontos de partida do método deixado em uma obra essencial para compreender a urbanização dos países pobres. Prossegue esse autor: “... *essencial de suas relações [do circuito superior] ocorre fora da cidade e da região*

que os abrigam e tem por cenário o país e o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região. (SANTOS, 1979, p. 16). Há que se cuidar da aderência que tem o circuito inferior ao consumo, as atividades terciárias, multiplicadas de diferentes maneiras e astúcias, das quais os pobres são detentores em seu processo de sobrevivência.

É disso, portanto, que se trata este estudo da Feira de Pau dos Ferros, ao usar o conceito de circuitos da economia urbana, conforme revelação, logo na introdução, na página 29 deste livro .

Milton Santos nos deixou uma proposta metodológica feita para estudos nitidamente geográficos, portanto, valendo-se de um método disciplinar, aquele da Geografia. Em realidade, trata-se de uma contribuição geográfica para o estudo da pobreza, através da leitura dos circuitos da economia urbana.

Esta sempre foi a preocupação maior de Milton Santos para o conhecimento do Brasil e do Terceiro Mundo. As demais possibilidades de manifestações existenciais decorrentes das relações entre as pessoas pertencem a outros métodos de estudo que fogem a capacidade desta prefaciadora, bem como do autor que serve de inspiração a este estudo da Feira de Pau dos Ferros. E, o diálogo com Habermas, por exemplo, foge a esta preocupação eminentemente geográfica, entrando em outro campo do conhecimento para o qual a formação do geógrafo não está destinada. Refiro-me aqui ao rigor necessário para a produção do conhecimento geográfico.

O diálogo interdisciplinar requer uma profunda disciplinaridade para falar com o outro, que precisa deter esta mesma qualidade. Caso contrário se constrói um discurso genérico, desprovido de profundidade na argumentação. Sempre é bom lembrar que a interdisciplinaridade é um atributo da coisa, não do sujeito. Este precisa ser absolutamente disciplinar. Um geógrafo precisa conhecer muito bem sua disciplina - a geografia - para estabelecer o diálogo com outras áreas de conhecimento,

tanto para produzir o conhecimento novo profundo e de interesse do outro, quanto para dialogar com o outro.

O diálogo superficial, o jornalismo já o faz! Mesmo assim, para tanto, o jornalista precisa ser rigorosamente preparado para sua ação, que é comunicativa, por essência. Mas esta não é a prática do geógrafo. Nossa prática é científica e acadêmica, por excelência. Quando ensinamos, precisamos transmitir conhecimento profundo e não apenas comunicar ideias ou fato que recolhemos na realidade concreta, como o faz o jornalista.

É preciso valorizar os esforços que todos precisamos fazer na construção do pensamento e do conhecimento geográfico, que vejo com tristeza, tornando-se um conhecimento superficial, sem método, quase leviano. E, pior, trazendo consigo um enorme desinteresse, enquanto o espaço geográfico hoje é uma categoria de análise fundamental para a explicação do mundo e da existência humana num mundo que pode ser manipulado pela unicidade técnica, pela fábula e pela produção desmesurada das desigualdades socioespaciais e da pobreza extrema.

Neste livro **Circuito inferior e fluxos socioespaciais: a feira livre de Pau dos Ferros-RN** chama a atenção o rigor metodológico adotado pelo coordenador da pesquisa: escolha das inspirações teóricas que revelam a não ortodoxia do professor na escolha, convivendo autores de diferentes métodos, visões de mundo, madurês intelectual, disciplinas, temas trabalhado; a organização das entrevistas, com a produção de formulários, aprimoramento do universo da pesquisa e seleção da amostragem, deixando claro ao leitor uma busca incessante de rigor científico.

Na aderência ao método proposto pela obra de Milton Santos cumpre-me destacar o que a obra e seus autores buscaram, revelado na página 29: *a conclusão dos circuitos espaciais da produção da feira livre de Pau dos Ferros, ou seja, a identificação da área de atuação ou de influência da feira. Cada feirante tem seu próprio circuito espacial da produção cuja somatória nos dará o circuito espacial geral da produção da feira livre.*

Depreende-se, logo no início da leitura, tratar-se de um trabalho sério e rigoroso, respeitoso com relação às suas inspirações teóricas e, principalmente, para com Milton Santos. Alegrou-me ver esse esforço de jovens que imagino, com enormes dificuldades de trabalho e de realização de pesquisa conseguem realizar ações e tarefas aprimoradas para o conhecimento de suas localidades de seu mundo.

Extremamente interessante este livro chamar a atenção dos geógrafos para a necessidade de formular uma pequena teoria geográfica, a partir da inspiração em Milton Santos e seus circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, sobre o uso do território pelas feiras livres. Este livro teve a coragem de principiar esse debate. Escritas claras e bem feitas sobre as análises apresentadas sobre a Feira, sua origem, sua constituição. Alunos prestimosos e que cumpriram com rigor a determinação de seu professor. Empírias irreparáveis! O leitor poderá constatar isso na leitura dos capítulos especialmente a partir do segundo deles.

Por tudo isso e pela riqueza da empiria de cada um dos capítulos que contem essa obra, vale a pena lê-la. As teorias aqui adotadas explicitadas no Capítulo 1 pelo coordenador da obra e da pesquisa estou certa disso, provocará um imenso debate entre todos que lemos a obra! Eu estarei sempre disposta a fazê-lo... continuando este diálogo iniciado com este Prefácio.

Mas isto também é papel da produção do conhecimento maduro e consequente!

Este percurso da leitura eu já o fiz. Convido o leitor a fazê-lo também.

Parabéns a todos os autores. Somos, todos os leitores, gratos a este esforço.

Campinas, março de 2014. Em pleno Carnaval!

Maria Adélia Aparecida de Souza

Professora Titular de Geografia Humana da USP.

Introdução

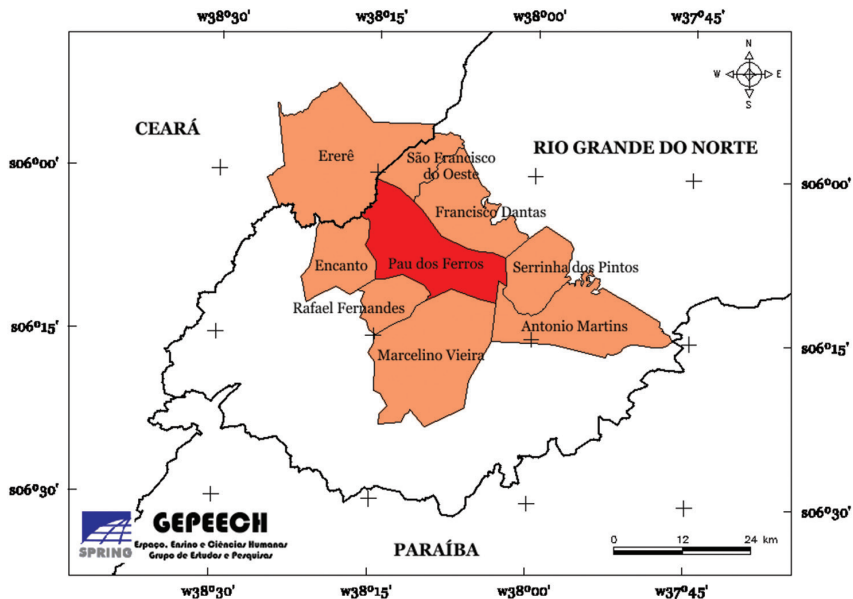
As feiras livres são encontradas, com muita frequência, no Brasil, sobretudo nas cidades do sertão nordestino, malgrado o avanço das redes de supermercados e da formalização da economia. Assim sendo, a globalização aparece, neste caso, como fabulação, engodo, não apagando, assim, as formas de resistência identitárias de uma parcela humana que vive frequentemente na base de atividades formadoras do circuito inferior.

Logo, movemo-nos, aqui, por uma abordagem cultural da produção ou por uma abordagem econômica cultural, se preferir, a fim de analisar a feira livre de Pau dos Ferros, município localizado no estado do Rio Grande do Norte (*Mapa 1*), ancorada na perspectiva dos *circuitos de fluxos socioespaciais*, expressão que temos utilizado há um bom tempo, em contraposição à *circuitos da economia urbana*.

Neste sentido, a feira livre, objeto central desta obra, é concebida como uma macro atividade pertencente ao “circuito de fluxos inferiores informais” para contrapô-la ao conjunto de atividades comerciais que ocorre nas cidades, como supermercados, lojas, restaurantes, etc., que por sua organização sistêmica mais elevada, configura um circuito de fluxos inferiores formais ou mesmo um circuito de fluxos superiores secundários.

Assim, os circuitos de fluxos socioespaciais se dividem e se articulam por dois conjuntos macros de variáveis, as do *mundo do sistema* e aquelas ligadas ao *mundo da vida*. No primeiro caso, tem-se sobretudo variáveis ligadas ao mercado/economia/dinheiro e ao Estado/poder e, no segundo, um grupo de variáveis vinculadas à *cultura*, à *personalidade*, à *subjetividades*, à *identidade* e à *sociedade*, mediadas pela linguagem.

Mapa 1 – Localização e limites geográficos de Pau dos Ferros-RN.



Elaboração: Rosalvo Nobre Carneiro, 2014.

As feiras livres hoje, no Brasil, e no Nordeste em particular, encontram-se na intersecção entre sua (re)produção material e sua (re) produção simbólica, não podendo ser entendida separadamente. Assim, se lhes damos um enfoque produtivo, parcial, em sua abordagem, atentando para seus elementos de emprego, renda, tecnologia, organização o fazemos às custas da negação de uma tradição cultural que marcou a ocupação e a colonização do país e, sobretudo, de nossas cidades nordestinas e sertanejas.

Logo, esta tradição cultural teve e ainda tem, embora em proporções cada vez menores, um papel importante nos processos de socialização humana, ligadas aos sujeitos das famílias dos feirantes, cuja transmissão dos saberes são de forma oral, por intermédio da linguagem, assim denotam a elevada presença das ações comunicativas para a

manutenção e permanência contemporânea desta atividade humana sobre a face da Terra.

Este livro se propõe uma abordagem integrada, sistêmica e vivida, sem privilegiar este ou aquele aspecto, mas tão somente a interação entre ambos. *Como se configura hoje a feira de Pau dos Ferros, do ponto de vista de suas relações com o mercado? Qual o papel do Estado no que tange a reprodução material da feira livre? A feira de Pau dos Ferros apresenta um circuito espacial da produção regional apenas ou é possível falar em escala nacional? De que forma, o mundo vivido da feira se reproduz simbolicamente? A cultura tem um papel central na estruturação desta feira? Quais são as relações entre espaço público e privado na feira livre de Pau dos Ferros?*

Assim sendo, o objetivo geral do livro é analisar as relações entre o espaço e a feira livre de Pau dos Ferros, à luz das atividades do seu circuito de fluxos inferiores. Para tanto, caracterizamos nos capítulos que seguem as atividades humanas desta como integrantes do circuito de fluxos inferiores informais. Por outro lado, identificamos, também, os circuitos espaciais da sua produção, isto é, a área de ação e de influência destas atividades.

Procuramos, assim, compreender as interações sociais entre os feirantes pertencentes ao circuito de fluxos inferiores informais e as atividades de serviço e comércio pertencentes ao circuito de fluxos inferiores formais ou ao circuito de fluxos superiores secundários. Averiguar os sistemas de ações comunicativas e instrumentais entre feirantes e consumidores e deles entre si, no interior da feira livre e entender os tipos de relações sociais de cooperação ou de competição entre feirantes e consumidores.

Esta obra foi escrita por pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Ensino e Ciências Humanas – GEPEECH – ligado ao Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, em Pau dos Ferros, bem como ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas, de Mossoró, da UERN. Assim, ocorreram

discussões do referencial teórico-metodológico incluindo textos centrado nos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979), nos circuitos de fluxos socioespaciais (CARNEIRO, 2006, 2011), na teoria da ação comunicativa (HABERMAS, 2012), e feira livre (ANDRADE, 1987) para citar apenas alguns autores.

De posse razoável do referencial teórico neste momento da pesquisa, passou-se a realização de entrevistas. Para tanto, foram elaborados os formulários a serem aplicados aos feirantes, comerciantes, lojistas e consumidores. Estes incluíam obrigatoriamente questões ligadas à concepção popular de espaço público e espaço privado, a identificação de cooperação e competição na feira, ao uso da ação comunicativa ou da ação instrumental, a origem da atividade produtiva dos feirantes e suas relações com fornecedores e consumidores, comercialização dentre outras.

O primeiro passo que definimos para a realização da pesquisa que nos precedeu foi a definição do Universo de pesquisa e das unidades de pesquisa. O Universo de pesquisa foi composto pelos feirantes, proprietário de lojas no entorno da feira bem como pelos consumidores. Para cada um destes estabelecemos algumas unidades de pesquisa foram definidas.

No tocante aos feirantes foram entrevistados mais de 50% dos mesmos tomando por base o dia de sábado, em que ocorre frequentemente a feira livre de mantimentos de Pau dos Ferros. Com relação aos proprietários ou responsáveis de lojas e comércio em geral, apenas aqueles cujos feirantes tenham se instalado nas calçadas em frente a eles. Quanto aos consumidores utilizamos uma amostra de 20 que frequentavam a feira de verdura, legumes e frutas, e mais 20 consumidores de outras mercadorias como roupas, CDs e DVDs piratas etc.

Assim, 210 feirantes foram contabilizados no dia de sábado, no mês de maio de 2013, contando feirantes de verduras e frutas, barracas de produtos industrializados, feirantes de produtos têxteis, vendedores

ambulantes de lanche e pequenos vendedores de carnes como peixes, aves e camarões.

Dos 210, 80 são feirantes de outras cidades da região, 130 são de Pau dos Ferros. Destes 130, 60 trabalham todos os dias da semana, neste caso são feirantes de produtos têxteis e industrializados.

Diante destes números, foram realizadas 102 entrevistas, no mês de maio de 2013, dos quais 16 foram lojistas, 20 foram feirantes de frutas e verduras, sendo 24 feirantes de produtos têxteis e industrializados além de 42 consumidores.

No mês de julho de 2013, realizamos outra pesquisa, com uma amostra menor, contabilizando 52 entrevistados, incluindo todos os tipos de feirantes, a fim de colher mais algumas informações sobre o cotidiano dos mesmos e suas biografias de vida, tendo sido gravadas. Esta parte poderá ser retomada em outras pesquisas, em função de termos escolhido o sábado, dia de trabalho dos mesmos, já que os feirantes tinham que dividir suas entrevistas com a prática da venda.

De súbito, as fotografias desempenham importante papel na análise espacial, pois ao congelar o tempo e as que se realizam no espaço permitem o pesquisador se deter com maior cuidado a aspectos, que a visão não captaria no movimento cotidiano da vida. Assim, buscou-se captar aspectos ligados ao espaço público e espaço privado como ocupação de ruas e de calçadas, a identificação de cooperação e de competição na feira, o uso da ação comunicativa ou da ação instrumental, os tipos de produtos vendidos, a existência dos atravessadores etc.

Portanto, de posse das informações, obtivemos a conclusão dos circuitos espaciais da produção da feira livre de Pau dos Ferros, ou seja, a identificação da área de atuação ou de influência da feira. Cada feirante tem seu próprio circuito espacial da produção cuja somatória nos dará o circuito espacial geral da produção da feira livre.

CAPÍTULO I

CIRCUITOS DE FLUXOS SOCIOESPACIAIS, FEIRA LIVRE E ESPAÇO

Rosalvo Nobre Carneiro

1. Breve introdução aos circuitos de fluxos socioespaciais

A economia dos países em desenvolvimento e dos subdesenvolvidos vem se caracterizando, sobretudo a partir do século XX através da industrialização nacional, por apresentar uma estrutura dual, sem dualismo. De um lado, encontram-se atividades humanas produtivas resultantes diretamente dos processos de modernizações e, de outro, as atividades econômicas que resultam indiretamente destes mesmos processos.

Assim, Santos (1979) definiu na década de 1970 os circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, para mencionar a importância da economia e das cidades na organização do espaço deste conjunto de países formado por elevadas contradições socioespaciais. De um lado, teríamos o circuito superior da economia urbana, resultado direto das modernizações, e, de outro, o circuito inferior da economia, resultante indireta deste mesmo processo.

Logo, cada um destes circuitos se definiria por um conjunto de características e elementos próprios, responsáveis por distingui-los entre si. Dessa forma, o circuito inferior seria formado pelas atividades de pequenas dimensões, ao passo que o circuito superior seria constituído pelas atividades de grandes dimensões, empresas de grande porte nacional ou internacional. No cerne de suas diferenciações estão questões de organização, tecnologia e consumo (SANTOS, 1979).

Recentemente, porém, Carneiro (2006 e 2011) tem feito uma releitura da teoria dos dois circuitos da economia urbana e demonstrado sua profunda base economicista e enfoque centrado nas cidades. Por esta razão tem preferido falar de circuitos de fluxos socioespaciais a circuitos da economia urbana, buscando assim, não adjetivar o espaço de ação das atividades humanas produtivas, que vão além das cidades e do urbano hoje.

Cada circuito, inferior ou superior, produz e se reproduz material e simbolicamente em um dado espaço e como espaço. Logo, há uma relação intrínseca entre espaço público, espaço privado, circuitos espaciais da produção e circuitos de fluxos sociais. Interessa-nos mais de perto, estabelecer as relações entre o espaço/feira livre de Pau dos Ferros como atividade típica do circuito de fluxos inferiores.

Neste sentido, a concepção de espaço público como *locus* privilegiado da ação comunicativa assim como compreendem Carneiro e Sá (2007), Ferreira e Carneiro (2009) e Carneiro (2010) são gestados com mais intensidade, defendem, pelos agentes e atores sociais próprios das atividades do circuito inferior, em função das características que estas possuem estarem ligadas às variáveis do mundo vivido.

Consoante Carneiro e Sá (2007, p. 329)

A produção social pública dos lugares ocorre a partir do momento em que um grupo de atores sociais, todos falantes e ouvintes, reunidos em torno de um tema comum sobre algo de seus mundos vividos partilhado intersubjetivamente orientam seus planos de ação na busca de um entendimento sobre as questões que a envolve.

De acordo com este pensamento, exemplifica-se, assim, que a relação face a face na feira livre é a marca central desta atividade e que o feirante bem como o seu cliente, na maioria das vezes, tem que negociar o preço do bem comercializado, utilizando-se, para tanto, do agir comunicativo, ou seja, um tipo de ação em que as pessoas orientam seus planos para um entendimento mútuo sobre algo em seus mundos.

Carneiro (2006, 2011) propõe uma reconstrução da teoria dos dois circuitos, a partir da Teoria da Ação Comunicativa de Jurgen Habermas. Desta forma, busca um tratamento ao mesmo tempo de cunho dialético e fenomenológico, de base materialista, mas também cultural e humanística.

Assim, os circuitos de fluxos socioespaciais seriam caracterizados tanto por elementos que Habermas (2012) chama de “mundo sistêmico” – mercado e Estado – quanto por elementos do “mundo vivido” – cultura, sociedade e personalidade (*Quadro 1*).

Quadro 1 – Variáveis e características dos circuitos de fluxos socioespaciais superiores secundários e inferiores

	Variáveis	Circuito Superior Secundário	Circuito Inferior	
			Formal	Informal
Mundo Sistêmico	Razão instrumental	Expressivas orientadas para a busca de sucesso	Relativamente orientada para o sucesso	Pouco orientada para o sucesso
	Ação instrumental	Expressivas voltadas para o êxito	Relativamente voltadas para o êxito	Pouco voltada para o êxito
	Ação estratégica	Expressivas voltadas para a influência	Relativamente voltadas para a influência	Pouco voltada para a influência
	Tecnologia	Trabalho intensivo	Trabalho intensivo	Trabalho intensivo
	Inovação	Em expansão	Baixa	Pouca
	Emprego	Volumoso-Permanente	Reduzido-Permanente	Reduzido-Temporário
	Trabalho assalariado	Crescente	Variável	Variável ou não obrigatório
	Crédito	Bancário institucional	Bancário institucional ou Pessoal	Pessoal ou Ausente
	Apoio estatal	Importância crescente	Pouco expressiva	Quase nula ou nula
	Organização	Relativamente burocrática	Burocrática Incipiente	Não burocrática
Mundo Vivido	Dependência direta do exterior	Relativamente alta	Reduzida ou nula	Nula
	Cultura	Utiliza relativamente o acervo de padrões de interpretações	Utiliza expressivamente o acervo de padrões de interpretações	Utiliza amplamente o acervo de padrões de interpretações
	Personalidade	Utiliza relativamente as competências individuais	Utiliza pouco as competências individuais	Utiliza muito pouco as competências individuais
	Sociedade	Segue relativamente as leis e as normas sociais	Segue pouco as leis e amplamente as normas sociais	Não segue as leis e segue amplamente as normas sociais
	Ação comunicativa	Relativamente voltadas para o entendimento mútuo	Voltadas para o entendimento mútuo	Amplamente voltadas para o entendimento mútuo
	Razão comunicativa	Orientada relativamente para a busca de consenso	Orientada para a busca de consenso	Orientada amplamente para a busca de consenso
	Linguagem	Relativa função de entendimento, coordenação das ações teleológicas e de socialização.	Elevada função de entendimento, coordenação das ações teleológicas e de socialização	Ampla função de entendimento, coordenação das ações teleológicas e de socialização
	Circuito Espacial da Produção	Internacional / Nacional	Regional / Nacional / Internacional	Local

Fonte: Adaptado de Carneiro (2011).

Assim sendo, estes elementos representam duas formas de interação social no mundo e com o mundo social e material em que se processa a (re)produção material do mundo do sistema e a (re)produção simbólica do mundo da vida. No primeiro caso, o motor é o agir teleológico e instrumental e, no segundo, o comunicacional (HABERMAS, 2012).

Neste particular, os circuitos de fluxos socioespaciais seriam a junção, de um lado, dos circuitos de fluxos representados pelas atividades humanas de diferentes dimensões e seus fluxos materiais e imateriais, incluindo assim, o dinheiro, a informação, as normas, os valores, o simbolismo, a cultura etc.

De outro lado, juntam-se, a eles, os circuitos espaciais da produção, ou seja, a área de ação ou de influência de uma determinada atividade, levando em conta suas relações à montante com os serviços à produção e a jusante com os serviços de distribuição, de circulação e os consumidores.

Assim, o circuito de fluxos superiores está dividido no circuito superior secundário (formado por empresas em geral de médio porte), circuito superior não-hegemônico (empresas de grande porte nacional e mesmo multinacionais) e no circuito superior hegemônico (empresas de atuação global).

Por outro lado, o circuito de fluxos inferiores está dividido entre um circuito inferior informal (unidades de produção familiar ou doméstica, ambulantes, feirantes etc.) e um circuito inferior formal (microempresas, pequenas empresas em geral), revelando, neste caso, a presença do Estado e sua racionalização.

Nesta perspectiva, o circuito de fluxos superiores hegemônicos e o circuito de fluxos superiores não-hegemônicos representam na teoria miltoniana as empresas de grande porte, nacionais e multinacionais. Por sua vez, o circuito de fluxos superiores secundários representa o chamado circuito superior marginal.

Cabe esclarecer, que ser hegemônico significa, aqui, que estas atividades são capazes de colonizar o mundo vivido, isto é, impor à cultura, às formas de socialização e normatização própria dos grupos

localizados, as leis, as normas, as regras do mercado e do Estado, ou dito de outro modo, impor as verticalidades do dinheiro e do poder às horizontalidades dos lugares compartilhados por outras racionalidades, contra-racionalidades.

Os circuitos superiores apresentam praticamente as mesmas variáveis, no entanto, se diferenciam pelo poder hegemônico e pelo circuito espacial da produção em que atuam. Assim, no primeiro caso, temos um circuito espacial da produção mundial e, no segundo, um circuito espacial da produção internacional, limitado à atuação em alguns países.

Da mesma forma, as empresas do circuito de fluxos superiores hegemônicos e do circuito de fluxos superiores não-hegemônicos não se diferenciam do ponto de vista do uso da razão e das ações instrumentais, isto é, aquelas que se orientam por regras técnicas. Neste sentido, Habermas (1997, p. 57) afirma:

Essas regras se apoiam em cada caso em prognoses sobre eventos observáveis, físicos ou sociais: tais prognoses podem revelar-se verdadeiras ou falsas.

Assim, os circuitos superiores usam estas regras amplamente, na medida em que as ações das empresas nacionais, multinacionais, transnacionais, globais, estão fortemente orientadas para o êxito. Isso significa dizer que, na outra parte, no circuito inferior informal, as ações comunicativas ou uma forma particular de interação simbólica, as mesmas são expressivas.

As ações voltadas para o êxito se dão de forma expressiva no circuito de fluxos superiores secundários, isto significa dizer que, por sua vez, as ações comunicativas no interior das suas atividades são relativamente utilizadas, pelo maior contato entre seus atores sociais, já que este circuito apresenta algumas das características de um ou de outro circuito, dos inferiores e dos superiores.

Já no circuito de fluxos inferiores, nota-se que as ações instrumentais são relativamente voltadas para o êxito no circuito inferior formal e pouco voltadas para o êxito no circuito inferior informal, por conseguinte, neles as ações comunicativas são mais intensas, isto é, são amplamente voltadas para o entendimento mútuo dos envolvidos nas atividades produtivas. Cabe esclarecer, porém, que entendimento significa a obtenção de um acordo entre os participantes da interação social, acerca das pretensões de validade que eles vinculam em suas comunicações a suas falas (HABERMAS, 2012).

Assim, como as ações instrumentais, o uso da razão instrumental é amplo, tanto nas atividades do circuito de fluxos superiores hegemônicos quanto nas do não-hegemônico. Já nas atividades do circuito superior secundário, o uso da razão instrumental é expressivo, dado o avanço nestas atividades do processo de formalização das empresas e aumento das unidades produtivas, em função de sua maior ligação às regras técnicas do mercado e burocráticas do Estado.

Cabe mencionar que Sartre (1979) diz que a razão se expressa pela relação entre o conhecimento e o ser que conhece, assim, o uso relativamente orientado para o sucesso das atividades do circuito de fluxos inferiores formais revela a aproximação destas atividades às atividades do circuito de fluxos inferiores informais, cuja orientação da ação para o sucesso é pouca.

O circuito de fluxos superiores hegemônicos e o não-hegemônicos utilizam capital intensivo, por outro lado, o superior secundário, o inferior informal e o inferior formal utilizam trabalho intensivo. A inovação elevada nos dois primeiros diferencia-os dos demais, neste sentido.

Em função do uso de capital intensivo o emprego apresenta-se reduzido tanto no circuito de fluxos superiores hegemônicos quanto no não-hegemônico. Assim, para Santos (1979) a procura de mão de obra muda drasticamente nos setores mais afetados pelas modernizações ligadas ao progresso técnico. Já no superior secundário, o mesmo é

volumoso-permanente e reduzido permanente no circuito inferior formal. Por fim, o circuito inferior informal utiliza emprego reduzido-temporário.

Portanto, todos os circuitos de fluxos socioespaciais utilizam trabalho assalariado de forma expressiva, a exceção do circuito de fluxos inferiores informais, cujo trabalho familiar é predominante, podendo em algumas épocas, este trabalho ser complementado por trabalho assalariado temporário, geralmente, nos períodos de pique da produção, no setor secundário, ou de aumento das vendas no setor terciário.

Para Vieira e Vieira (2004, p. 20) “O mundo do futuro, do conhecimento e da alta tecnologia não terá espaço para trabalhadores sem qualificação”, no entanto, como afirma Bava Jr. (1990, p. 19) “As mãos hoje são redescobertas em função da inacreditável destreza desenvolvida no trabalho por milhares de homens e mulheres”. Neste debate, Santos (1982, p. 19) diz:

Nos países desenvolvidos, a racionalidade da alienação encontra contrapartida no emprego ou na ajuda financeira aos desempregados. No Terceiro Mundo, essa racionalidade permanece abstrata: o sistema ainda não pôde, aí, inventar uma falsa verdade para camuflar a realidade do não-emprego e da miséria.

Assim, o uso do crédito produtivo bancário institucional reduz-se quando partimos do circuito de fluxos superiores hegemônicos ao circuito de fluxos inferiores informais, que, neste caso, é eminentemente pessoal ou ausente. De acordo com Silveira (2008, p. 64, tradução nossa)¹, esta situação se altera em função da extrema capilaridade financeira hoje.

¹ “En virtud de la extrema capilaridad, la premisa de la dificultad de acceso al crédito por parte do circuito inferior, que caracterizo el período entre la Segunda Guerra Mundial y los años 1980 aproximadamente, en las ciudades del mundo pobre en este inicio del siglo XXI”.

Todavia, como verificamos neste estudo, na feira livre de Pau dos Ferros, o acesso ao crédito é reduzido ou quase nulo.

Outro elemento do mundo do sistema, o Estado, fundamenta-se na extrema importância de seu apoio às atividades do circuito de fluxos superiores, estando em crescimento no superior secundário, dada à ampliação das unidades produtivas e sua inserção no mercado internacional. No circuito de fluxos inferiores formais ou no informal, a mesma é pouco expressiva ou quase nula, respectivamente.

O apoio do Estado tem levado as empresas a se organizarem burocraticamente. Neste caso particular, é eminentemente burocrática às atividades do circuito de fluxos superiores hegemônicos e do não-hegemônicos e relativamente burocrática a do superior secundário. As atividades do circuito de fluxos inferiores formais apresentam uma incipiente burocracia, o que tem a ver com a sua formalização, ao passo que as atividades do circuito inferior informal não são burocráticas.

Por outro lado, no que tange aos elementos do mundo vivido, o uso pouco expressivo dos padrões de interpretação caracteriza o circuito superior hegemônico e o circuito superior não-hegemônico. Este uso aumenta quando passamos do circuito superior secundário para os circuitos de fluxos inferiores. Neste caso, o uso do acervo de padrões de interpretação é amplo no circuito inferior informal e expressivo no circuito inferior formal.

O uso das personalidades que compõe os agentes e atores sociais dos circuitos de fluxos socioespaciais é mais intensa nos circuitos superiores e, conseqüentemente, pouco utilizadas nos circuitos inferiores, especialmente no circuito inferior informal. De acordo com Habermas (2012, p. 253, grifos do autor):

Interpreto a *personalidade* como o conjunto de competências que tornam um sujeito capaz de fala e de ação – portanto, que o colocam em condições de participar de processos de entendimento, permitindo-lhe afirmar sua identidade.

O grau de instrução e de qualificação interfere neste uso. Assim, o elevado grau de qualificação dos profissionais das empresas que compõem o circuito superior hegemônico, por exemplo, são postas em ação, já que representa um elemento competitivo empresarial no mercado.

Tanto o circuito superior hegemônico quanto o circuito de fluxos superiores não-hegemônicos seguem à legislação e são criadores de leis e normas sociais e, como tal, verticais, pois se impõem à produção e reprodução material e simbólica da sociedade ou a uma parte dela.

As leis que regulam as atividades do circuito superior secundário são relativamente seguidas por este, pois apesar da formalidade ele utiliza-se, por exemplo, de trabalho informal, sem carteira de trabalho assinada. O circuito inferior segue pouco as leis de seu funcionamento jurídico, ao passo que as atividades do circuito de fluxos inferiores informais não as seguem, mas o fazem amplamente às normas sociais, que regem a produção em determinado tempo-espço, sendo que estas são criadas por sua comunidade de comunicação.

Nesta comunidade, as ações comunicativas orientam-se “[...] segundo *normas de vigência obrigatória* que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes” (HABERMAS, 1997, p. 57, grifo do autor). Logo, elas são inexpressivas tanto no circuito superior hegemônico como no circuito superior não-hegemônico, o que reflete no seu uso mais expressivo da ação instrumental, baseada, assim, nas relações meio-fim.

Já por sua proximidade ao circuito inferior, o circuito superior secundário utiliza relativamente as ações voltadas para o entendimento mútuo entre seus atores. Por outro lado, o uso das ações orientadas para o entendimento mútuo é amplo nos circuitos inferiores formais e informais. Dessa forma, analisando o circuito inferior na atualidade, Silveira (2008, p. 64, tradução nossa)² destaca que estes circuitos se entendem, também, pela produção de solidariedade orgânica.

² “Resultado indirecto de la solidaridad organizacional, ese circuito se entiende, también, por la propia producción de solidaridad orgánica”.

Noutros termos, o uso da razão comunicativa, da mesma forma que a ação comunicativa, não marca as atividades do circuito superior, na medida em que pouco se orientam para a busca do consenso, mas principalmente para a busca do êxito. Já nos circuitos de fluxos inferiores, as atividades estão orientadas amplamente para a busca do consenso, em função do forte vínculo social existente, da solidariedade.

Portanto, o uso da razão e da ação comunicativa ou da razão e da ação estratégica pelos atores sociais das atividades humanas requer o uso da linguagem. Neste caso particular, Habermas (2012) lembra que a linguagem tem o papel de coordenação do agir instrumental dos sujeitos, bem como o papel de meio de socialização, que se dá na dimensão espacial, portanto.

Deste modo, a escala de ação dos circuitos é um elemento, também, definidor dos mesmos. Assim, os circuitos de fluxos sociais se diferenciam pelos circuitos espaciais da produção em que atuam, isto é, pela área em que se realizam seus processos de produção material e simbólica (CARNEIRO, 2006).

Merece destaque, neste contexto, que as atividades do circuito superior estão voltadas para o exterior, isto é, para o mercado internacional, enquanto que as atividades do circuito superior secundário continuam mais voltadas para o mercado regional ou nacional. Já as atividades do circuito de fluxos inferiores estão voltadas para o mercado interno, local ou sub-regional.

Em seu circuito espacial da produção, os feirantes estão sempre em interação entre si, especialmente através dos comerciantes e dos lojistas pertencentes ao circuito de fluxos inferiores formais, senão também em menor proporção com o circuito de fluxos superiores secundários, seja diretamente ou indiretamente, advindo daí relações de cooperação ou de competição.

Santos (1979) afirma que uma diferença entre os dois circuitos, superior e inferior, é o fato deste último ser integrado localmente. Observa-se, entretanto, nos dias atuais a distorção desta premissa, na medida em

que várias empresas do circuito de fluxos inferiores formais, inseridas ou não em Associações e Cooperativas de produtores, comercializam para diversas regiões brasileiras e chegam a exportar mercadorias para outros países, recentemente.

De outro modo, se atribuímos o sentido de integração social e integração sistêmica habermasiano, veremos que, no primeiro caso, teremos uma integração local e no outro não. Assim, a feira livre contempla estas duas formas de integração, no interior de seu circuito espacial da produção, por suas características sistêmicas e vividas definidoras de seu circuito inferior.

2. Feira livre e circuito de fluxos inferiores informais

Segundo Andrade (1987, p. 138) “A feira é o ponto de encontro entre o meio rural com o urbano” ao passo que para Corrêa (2001) que a chama de mercados periódicos, a mesma é definida como núcleos pequenos que exercem uma centralidade periódica conforme o dia de seu funcionamento.

Há, assim, conforme a primeira definição, correlações com a *feira temporária* de Pau dos Ferros, a qual tem realização aos sábados. Todavia, esclarece-se, trata-se, neste caso, da feira de mantimentos, de verduras, de frutas, de legumes, de carnes, em geral. Deve-se registrar, assim, a existência, também, de outra *feira permanente* no centro da cidade, formada por bancas de roupas, de brinquedos, de CDs piratas e de outros objetos industrializados.

Logo, a feira livre é formada por atividades comerciais humanas de pequenas e reduzidas dimensões, deste modo, admite-se que pode ser enquadrada no circuito de fluxos inferiores informais em função das suas variáveis dominantes estarem ligadas ao mundo vivido. Assim, a caracterizamos em função da junção das variáveis do mundo sistêmico e do mundo vivido, bem como do circuito espacial da produção em que atuam.

É este conjunto de elementos articulados de cada um destes mundos, que nos permite falar neste ou naquele circuito de fluxos socioespacial para cada atividade produtiva de um determinado lugar.

Do ponto de vista das variáveis do mundo sistêmico na feira livre, o emprego é reduzido, pois são poucos os postos de trabalho, ao passo que o trabalho assalariado é não obrigatório em função das dimensões das atividades, assim, geralmente o trabalho é familiar. Possuindo, assim, uma organização não burocrática, pois o crédito, em geral, é ausente ou pessoal e o apoio estatal nulo, já que o acesso aos bancos fica prejudicado pela situação anterior.

Já quanto às variáveis do mundo vivido na feira livre, a razão comunicativa se sobressai sobre a razão instrumental, própria das atividades do circuito superior, assim ela é orientada amplamente para a busca de consenso entre o feirante e o consumidor e isto se deve a necessidade das relações face a face, que favorecem a negociação dos termos de troca. Esta prática do encontro humano via o diálogo é a condição e o meio de existência da feira livre como forma simbólica das representações sociais, pois como afirma Corrêa (2012, p. 137)

As formas simbólicas tornam-se espaciais quando estão diretamente vinculadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários, que são os atributos primários da espacialidade.

A cultura e seus símbolos têm grandes contribuições na centralidade e estão presentes em toda parte, ainda que se manifestem diferenciadamente no espaço e no tempo, como destaca Corrêa (2012). Neste sentido, culturalmente defende-se que na feira livre utiliza-se amplamente do acervo de padrões de interpretações que os agentes sociais possuem em seu mundo vivido, partilhado intersubjetivamente.

Por outro lado, sendo formada de atividades sem existência jurídica, os atores sociais da feira livre seguem amplamente as normas instituídas localmente e enraizadas pelo próprio processo de constituição da cultura popular nordestina e sertaneja vigente.

Se as normas internas são relevantes na definição da feira em cada lugar, esta já não se relaciona apenas com seu entorno mais próximo, mas envolve interações espaciais cada vez maiores, através de vínculos sobretudo econômico, em função da interação com atravessadores ou serviços à produção, os que fornecem as mercadorias – frutas, legumes, dentre outros. Daí a importância de se analisar o circuito espacial da produção da feira, seja o formado pelos serviços à produção, seja aquele que indica a abrangência do mercado consumidor, ou sua centralidade.

3. Os circuitos espaciais da produção das feiras livres

Diz Carneiro (2010, p. 26-27) que

[...] os circuitos de fluxos sociais se diferenciam pelos circuitos espaciais da produção em que atuam, isto é, pela área em que se realizam seus processos de produção material e simbólica.

Seguindo esta linha de pensamento, admite-se que cada feirante atua em circuitos espaciais da produção distintas. Estas variações nos informam o tamanho de importância de cada atividade da feira – o vendedor de frutas, de roupas, de produtos importados, dentre outros, bem como da própria feira, quando visto em totalidade, esta abrangência espacial.

No cerne da questão, a relação dos feirantes com os serviços à produção – bancos, fornecedores de mercadorias como: verduras, frutas, roupas e objetos, em geral – com os serviços de circulação – os feirantes adquirem suas mercadorias diretamente ou por terceiros, atravessadores, etc. – e, por fim, com os consumidores – de onde advém, isto é, apenas da localidade ou de outros municípios.

Esta relação muda com o tempo para cada feirante e para a feira livre como um todo, ou seja, pode haver uma retração, da mesma forma pode acontecer uma expansão da área física e do número de feirantes que reflete esta configuração dos seus circuitos espaciais da produção, bem

como uma interação direta ou indireta com a expansão e a retração do mercado permanente, das lojas, do comércio, enfim com o setor terciário como um todo da cidade.

Logo, há, certamente, em toda feira livre, especialmente de cidades dinâmicas economicamente, retrações ou expansões de suas áreas físicas, cujas implicações de ordem social, econômica e cultural devem, em cada caso, ser analisada separadamente e explicadas integralmente. Exemplifica-se como o caso de Pau dos Ferros que historicamente é um centro comercial importante no cenário estadual do Rio Grande do Norte e mais recentemente como sede de microrregião e como polo sub-regional que tem conseguido importantes implantações de atividades ligadas aos serviços de saúde, de educação – UERN, UFRSA, IFRN – e bancários – Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal - dentre outros.

Por outro lado, afora o investimento estatal que tem sido alvo, também vem ocorrendo uma valorização comercial por redes de supermercados regionais a exemplo do Hiper Queiroz e supermercados. Tais atividades como outras do circuito de fluxos superiores secundários têm impactos na expansão ou retração das feiras livres, pelas forças que possuem quanto à atração da sua clientela no que tange aos produtos do campo, que comercializam. Apesar disso, salientaram Ferreira e Carneiro (2009, p. 341), em estudo sobre os espaços públicos em Pau dos Ferros que “No contexto atual com a presença de supermercados, hipermercados e varejões é impressionante o quanto as feiras livres permanecem cada vez mais vivas na rede urbana”.

4. Espaço público e ações comunicativas nas feiras livres

O espaço da feira são as ruas e as calçadas. Estas são um cenário necessário de encontro de pessoas através da comunicação, redefinindo, deste modo, a relação entre público e privado na cidade atual. Assim sendo:

O espaço público que se advoga aqui é essencialmente comunicativo, está assim, ligado diretamente ao uso do agir comunicativo e da razão comunicativa, enquanto capaz de produzir uma natureza espacial a serviço dos que vivem, produzem e se reproduzem a partir do mundo vivido, do mundo partilhado por emoções e desejos semelhantes no seu essencial (CARNEIRO, 2010).

Desta forma, o espaço público, hoje, é mais necessário como condição para redução da violência e do medo na sociedade contemporânea (CARNEIRO, 2010). Assim, a feira livre é um *locus* não apenas mercadológico, mas também político e simbólico. Logo, um lugar em que as disputas entre atores sociais e atividades produtivas acontecem, bem como o lugar de encontros e reencontros. Portanto, poder, razão e emoção estão presentes na feira livre, assim, como o espaço público e o espaço privado se relacionam dialeticamente.

Assim sendo, diz Bauman (2000) que a existência dos homens e mulheres se dá hoje pela nossa admissão do direito do medo sobre nossa felicidade, pois o medo e a alegria da vida já não estão mais separados, mas imbricados. A comunicação pública na medida em que se preocupa com a solução dos problemas, que afetam o mundo vivido de todos, poderia permitir uma revanche do riso, da liberdade, sobre o medo, a prisão, da civilidade sobre a incivilidade, da abertura espacial sobre o seu fechamento.

É neste espaço público que os amigos se põem a conversar, que dizem “me conte as novidades”, após semanas sem se verem. E isto se deve ao fato de que se movem a partir do agir comunicativo, da busca de entendimento sobre algo, seja em seus mundos objetivos, mundos sociais ou mundos subjetivos. Mas, por outro lado, a feira livre é, também, o encontro ou o desencontro de pessoas estranhas e que atuam nele a partir da ação instrumental, buscando, assim, atingir seus êxitos, levando em conta neste caso a relação meio/fim. O espaço, em todo caso, com seu sistemismo de objetos e ações, é produto e condição para esta existência relacional humana.

Por fim, perguntamos: *Em que medida há conflito entre atividades de circuitos de fluxos distintos? Na verdade, uma e outra atividade não se beneficiam da co-presença em um espaço de proximidade física? Além da competição não haveria, em verdade, mais cooperação ainda que indireta entre os atores sociais da feira e do mercado permanente?*

5. Considerações finais

As feiras livres enquanto *locus* de uma produção não moderna, ligada a unidades de produção familiar e doméstica, presente nos municípios brasileiros e, sobretudo, no sertão nordestino desde períodos coloniais, fazem parte da própria constituição cultural da nação.

Dessa forma, sua importância não se resume apenas ao papel desempenhado do nascer e expansão das cidades, mas sobretudo na sua condição de reprodução simbólica, de um mundo social vivido, que insistentemente, resistentemente, permanece vivo em nossas mentes e objetivamente presente no espaço público.

Por esta dupla condição, a de espaço de produção material e de reprodução de um cotidiano compartilhado simbolicamente e mediado pela cultura, pela linguagem e pelas normas sociais que lhe são próprias, pensamos que a proposta teórico-metodológica dos circuitos de fluxos socioespaciais seja válida para uma abordagem não fragmentada deste espaço-lugar ou lugar-espaço da existência humana.

De acordo com esta proposta, a feira é, sobretudo, o *locus* do circuito de fluxos inferiores informais, aquele cujos atores sociais precisam usar intensamente seu acervo de conhecimento transmitido culturalmente através da linguagem em atos de fala. Assim, a oralidade é uma marca da feira, logo é o ponto em que falantes e ouvintes se saem ao encontro do outro por intermédio de suas subjetividades e intencionalidades de venda e de compra, de produtos, mas também de encontros, de reencontros,

de afetividade, de emoção que está presente no ato de se relacionar e se comunicar com o outro.

Neste sentido, o grau de liberdade de movimentos e de gestos, do caminhar que se tem no espaço público da feira é amplo, comparativamente ao dos espaços privados do comércio formal. Mas mesmo na feira, os sujeitos precisam seguir normas criadas no contato social que decorrem de tempos pretéritos, verdadeiras rugosidades, para utilizar uma expressão de Santos (2002, 2012). Ou seja, a localização da barraca, a negociação dos preços, o gritar do preço promocional das verduras, das frutas e de outras mercadorias, tudo isso revela um modo operacional que se realiza mediante uma norma institucionalizada como estratégia de sobrevivência e de reprodução da vida.

Tudo isso, porém, se aprende na socialização que é sempre informal, fora dos bancos escolares, universitários, dos modos superiores de formação das personalidades humanas. Se aprende no olhar, no exemplo, na prática. Avôs, avós, pais, mães, filhos, filhas. Netos e netas, talvez. Trata-se, deste modo, de um espaço público, e como tal, promotor de aprendizagens transmitidas pela sabedoria apreendida no encontro intersubjetivo.

Por fim, a insistência, a resistência, apesar do mercado e seu modo avassalador de proceder e, do Estado, e sua forma de indução desigual das atividades humanas. Neste processo, o embate entre um mundo vivido, a feira, que luta para se auto reproduzir, materialmente e simbolicamente, e, de outro, o mundo do sistema que só reconhece a instrumentalidade das formas comerciais como prioritárias. Somado a isso, o dinheiro e o poder se cruzam na feira e entre esta e seus arredores, os supermercados, o comércio formal, as lutas, os embates, a cooperação, porém, tudo isso está presente neste lugar-espaço, *a feira*.

6. Referências

ANDRADE, M. C. de. **Geografia econômica do Nordeste: O espaço e a economia nordestina**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAÚJO, C. M de; DINIZ, A. C A.; SOUZA, C. V. de. A feira do município de Esperança sob o enfoque do circuito inferior da economia urbana. In: **Anais do X Encontro Regional de Estudos Geográficos – X EREG**. 23 a 25 de julho de 2009. Campina Grande. 1 CD-ROM.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BRASIL. CT – Infra. 2011. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1414.html>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

CARNEIRO, R. N; SÁ, A. J. de. A produção do espaço e os circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento-PB. **Revista de Geografia**, Recife, UFPE-DCG/NAPA, v. 22, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 2005.

_____. **Produção do espaço e circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento-PB: do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional**. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

_____. A produção social pública dos lugares numa perspectiva comunicativa como contraponto à produção social privada. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS GEOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA E DO MEDO: “Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados”. 1, 2007, Recife. **Anais....** Recife: UFPE, 2007. 1 CD-ROM.

_____. A natureza do espaço numa perspectiva comunicativa ou pública. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/viewFile/4959/5370>>. Acesso em: 03/09/2010.

_____. Espaço público comunicativo. In: **Simpósio Internacional sobre as Geografias da violência e do medo**. 4, 2010. Recife: **Anais...** Recife: UFPE, 2010. 1 CD-ROM.

_____. **As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos socioespaciais de redes de dormir do Nordeste brasileiro**. 2011. 100 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CARNEIRO, R. N et. al. Segurança insegura e violência na região do Alto Oeste Potiguar. In: SÁ, A. J. (Org.). **Pelo direito à vida: a construção de uma geografia cidadã**. Recife: Ed. UFPE, 2008. p. 279-296.

_____. A violência no Alto Oeste Potiguar no período de 2005 a 2008. In: IV SIMPÓSIO SOBRE AS GEOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA E DO MEDO. 4, 2010, Recife. **Anais...** Recife, UFPE, 2009.

CARVALHO, R. S. **A Produção do Espaço Regional de São Miguel/RN e o Setor Terciário**. In: UERN. Trabalhos de Conclusão do Curso de Geografia 2010. Curso de Geografia: Pau dos Ferros, 2010. Volume II. p. 204-222.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**; prefácio Milton Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; _____. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 133-154.

DINIZ, C. C. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional. In: _____. LEMOS, M. B. **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 131-170.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.

_____. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Tradução de: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2012. 2.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **Sociedade e espaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6 ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamento teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

SILVEIRA, Maria Laura. De la Geografía de la existencia a los circuitos de la económica urbana. In: MENDOZA, Cristóbal (coord.). **TRAS las huellas de Milton Santos**: Una mirada latinoamericana a la geografía humana contemporánea. Rubí/Anthropos Editorial: Barcelona/México. 2008. p. 56-69.

VIEIRA, E. F.; VIEIRA, M. M. F. **A dialética da pós-modernidade**: a sociedade em transformação. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAPÍTULO II

A FEIRA LIVRE DE PAU DOS FERROS-RN: ESPAÇO E TEMPO

*Francisco Ringo Star Pinto
Rosalvo Nobre Carneiro*

1. Introdução

A história das feiras no Brasil, no Nordeste e nas cidades do Rio Grande do Norte, a exemplo de Pau dos Ferros, apresenta um apelo cultural, de socialização e de intersubjetividade que resiste até os dias atuais.

Para tanto, a feira é uma forma simbólica existente em várias cidades, contribuindo assim, para que a dinâmica urbana ganhe expressão, muitas vezes, regional através das manifestações culturais e econômicas, assim, essas características acabam lhe definindo como o lugar de encontros coletivos, de manifestações populares além de troca e venda de mercadorias.

Guimarães (2010, p. 11) faz uma observação importante, acerca disso, afirmando:

Uma característica presente na feira livre é a competitividade, que ocorre em diversos níveis. Um exemplo é que invariavelmente as pessoas possuem seus próprios costumes e preferências dentro de uma feira – a barraca favorita, o melhor vendedor... Da mesma maneira, existem as feiras livres consideradas as melhores, as mais cotadas, as mais famosas. Além disso, dentro delas, as atrações principais, as pessoas que se destacam, as barraca diferenciadas, os produtos exclusivos.

Assim, na feira livre de Pau dos Ferros, é possível evidenciar diferentes estratégias que os vendedores utilizam para vender os seus produtos, como: a localização mais adequada da banca ou barraca, “o melhor ponto”, nas passagens mais movimentadas por pessoas.

Neste contexto, a cidade de Pau dos Ferros é a que mais se destaca no cenário regional do Alto Oeste Potiguar-RN (*Mapa 2*), formado por 37 municípios, em função do seu setor terciário preponderante sobre o secundário e primário e, em função disto, por ser a feira uma manifestação humana de comércio ao ar livre, situada no espaço público, é visitada por pessoas tanto do campo quanto da cidade advindas desta região.

Mapa 2 – Alto Oeste Potiguar, RN: municípios que constituem a região



Elaboração: Rosalvo Nobre Carneiro, 2014.

Mas antes de prosseguir relatando o processo de constituição histórica da feira local, cabe de forma breve destacar o surgimento do município de Pau dos Ferros, ainda no século XIX, cujo vilarejo foi

Elevado à categoria de município com a denominação de Pau dos Ferros, pela resolução provincial nº 344, de 04-09-1856, desmembrado do município de Portalegre. Sede na povoação de Pau dos Ferros. Instalada em 19-01-1857. (IBGE, sem data).

Portanto, seu topônimo guarda relação direta com a natureza local, mais precisamente com a Oiticica e as relações humanas com ela estabelecida pelos vaqueiros que ocuparam o local quando da criação de gado no século XIX. Assim, para o IBGE (sem data), consoante afirmação:

A origem do topônimo Pau dos Ferros assim é explicada por Luís da Câmara Cascudo, com apoio na tradição oral sertaneja: os vaqueiros que transitavam pela zona e tinham por hábito repousar à sombra das frondosas oiticicas, que se erguiam à beira de pequena lagoa, gravavam no tronco de uma delas,

com ferro em brasa, as marcas das respectivas fazendas, a fim de torná-las conhecidas, facilitando assim a identificação das reses tresmalhadas. A árvore ficou conhecida como Pau dos Ferros, nome que se estendeu à fazenda e, posteriormente, à freguesia e ao Município. O “pau-dosferros”, comum a várias zonas pastoris, - acentua aquele escritor - constitui uma das mais curiosas instituições solidaristas do Nordeste.

Dessa forma, a feira livre local se destaca pela procura dos consumidores pelos produtos alimentícios mais baratos, comparativamente, aos semelhantes vendidos no circuito de fluxos inferiores formais – alguns pequenos mercadinhos – quanto no circuito de fluxos superiores secundários – Hiper Queiroz, por exemplo.

Vale ressaltar ainda que esta feira, não somente atrai pessoas advindas das cidades da região do Alto Oeste Potiguar, mas de outros estados vizinhos, incluindo a Paraíba e o Ceará, conformando um circuito espacial da produção regional, importante economicamente para sua reprodução material e simbólica.

Este capítulo está dividido em três seções, sendo que a primeira aborda a origem das feiras no Brasil, a sua importância econômica e como palco de manifestações culturais. Já a segunda seção procura enfatizar o papel e o destaque das cidades em relação às feiras, que mais se destacam no Nordeste brasileiro e no estado do Rio Grande do Norte e, por fim, discute-se a feira de Pau dos Ferros: do século XIX ao século XXI, com ênfase no retrato e diagnóstico de sua importância atual.

2. Origem das feiras no Brasil

O enfoque sistêmico e vivido dos mundos, aqui, analisados no âmbito da feira permite-nos compreender de forma mais completa sua

problemática, pois se casa com as explicações históricas sobre a origem dos mercados de funcionamento periódicos. Corrêa (2001) demonstra em seu livro: *Trajelórias geográficas*, que há duas explicações, uma de ordem econômica e outra ligada a processos culturais.

A origem da feira livre no Brasil confunde-se com a sua própria história, com uma tradição cultural vivificada e existente até hoje. Logo, foi com a chegada dos portugueses no Brasil, que se deu a origem delas, espalhando-se por algumas cidades brasileiras e que lhes dão destaques atualmente. Desse modo, a feira é um lugar cultural e um evento que, por sua vez, atrai pessoas de diversos lugares do seu entorno e, em certos casos, de outros estados, numa função direta do tamanho de sua centralidade ou função central de comércio.

De acordo com Mott (apud DANTAS, 2008) as feiras no Brasil datam de 1548, quando através do Regimento do Governo Geral, o rei Dom João III ordenou que as mesmas fossem feitas num dia ou mais de cada semana, conforme as suas necessidades municipais.

Noutros termos, a cultura é algo criado, preservado, cultivado, que inclui conhecimentos, crenças, hábitos, valores, objetos. Todavia, mesmo com o passar dos anos, a próxima geração reconstrói uma forma de vida diferente da anterior, pois a sociedade cria um determinado objeto cultural, passando assim a ganhar manifestações diversas que, em seguida, passará a ser preservada. Assim, ela acaba se tornando um lugar de manifestação cultural, que ultrapassou diferentes períodos de tempo, bem como marca o seu valor na paisagem atual das cidades.

Em seu livro: *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (2011, p. 51) afirma que “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações”. Assim, a feira não se remete apenas ao lugar de trocas comerciais e de venda, mas uma representação, um lugar simbólico existente no espaço urbano.

Neste sentido, nas atuais condições de globalização, em que o consumo voraz provocou certas mudanças negativas nas relações socioespaciais e culturais das pessoas, inclusive afetando de forma direta

e indireta, a própria feira como manifestação de existência, ela, ainda, é um lugar de aproximação, entre o feirante e o consumidor e destes entre si. Nela, estão contidas interações humana mediadas pela linguagem e que através da ação comunicativa, tenta-se estabelecer um acordo entre os atores sociais presentes no seu interior.

Se, conforme o diagnóstico estabelecido por Santos (2012, p. 52) “O mundo, como um todo, tornou-se uno para atender às necessidades da nova maneira de produzir, que passa por cima de regiões, países, culturas, etc. [...]” perguntamos: *Será que as feiras livres sucumbirão à globalização perversa que acaba impondo sua lógica esmagadora, exploratória e competitiva pelas atuais condições do período histórico e geográfico?*

Apesar disso, a feira continua uma presença no espaço, uma presença do espaço, continua sendo um espaço material e simbólico, nas diversas regiões do Brasil e, particularmente, no Nordeste brasileiro a exemplo: a de Caruaru-PE, São Bento-PB¹, Feira de Santana-BA, Alecrim, Caicó e Pau dos Ferros-RN.

3. Cidades e feiras no Nordeste e no Rio Grande do Norte

Em seu artigo apresentado em Salvador-BA, sobre: *Cidade: lugar e Geografia da Existência*, Maria Adélia A. de Souza (2013, p. 4), convida-nos a refletir sobre a cidade, partindo de uma visão geográfica, como ela é criada e produzida pela ação dos homens, neste sentido, ela afirma que:

A cidade é uma obra humana. Ela é um mundo de objetos, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidos por intencionalidades precisas. A cidade é uma intencionalidade. Isto, portanto, quer dizer que a cidade é uma negação da natureza, daquilo que é físico.

¹ A feira de São Bento tem a particularidade de está organizada em três seções: 1) produtos primários; 2) produtos industrializados e 3) redes de dormir e produtos substitutos. Neste último caso, representa a maior feira do Brasil.

Do final do século XIX para início deste século XXI, é possível perceber como a cidade ganhou um conteúdo extremamente técnico, ora preservando suas construções arquitetônicas do passado como patrimônio, ora resultando da arquitetura e engenharia modernas, através do surgimento de praças públicas e avenidas cada vez mais gigantescas e movimentadas, oferecendo inúmeras possibilidades para o movimento migratório, a circulação da economia local, tornando-se um dos meios necessários para o movimento pendular das pessoas na cidade, não só pelo fato do consumo consumptivo, mas também por relações interpessoais acabando por se constituir como um dos traços culturalmente vivificantes da cidade. Logo, parece ser este o caso da região do Alto Oeste Potiguar.

Assim, a cidade é um lugar de “referência chave” para o encontro social e a convivência entre as pessoas. Noutros termos, é o palco da produção material que condiciona as ações humanas, a produção de objetos e o *locus* onde as pessoas (re)constróem a sua identidade, fazem as suas biografias, criam e preservam suas tradições culturais. Assim sendo, referência pragmática da convivência sócio territorial, dos laços de afetividades, do encontro e do convívio solidário.

Conforme aponta Ianni (1999, p. 53) “A cidade está sempre na encruzilhada da Geografia e história, das relações sociais de indivíduos e coletividades, em escala local, provinciana, nacional, regional e mundial”. Neste contexto, é preciso salientar que a feira não deixa, também, de ser uma produção histórica de uma cidade e, portanto, uma condição do seu processo de crescimento urbano e de urbanização.

Quanto às cidades do Nordeste, “cabe lembrar que até o último quartel do século XVIII, a economia nordestina do sertão era eminentemente pecuarista” (CARNEIRO, 2006, p. 44), sendo assim, as primeiras feiras existentes nas cidades nordestinas eram, sobretudo, de produtos alimentícios típicos da agricultura de subsistência, isto é, de atividades primárias.

A feira livre ou mercados periódicos, como também prefere chamar Corrêa (2001) foi estudada por este geógrafo no final da décadas de 1970 no Nordeste, resultando daí algumas conclusões: a) Elas ocorrem

em centros de diferentes tamanhos; b) A importância absoluta da feira medida pelo quantitativo de participantes e por sua área de atuação é função da importância da centralidade da cidade. Neste último caso, defendemos para o caso de Pau dos Ferros, a passagem de um circuito espacial da produção local dominante até a primeira metade do século XX para outro de ordem regional, sobretudo a partir da década de 1990, com a integração territorial do Rio Grande do Norte e do interior do Nordeste².

Neste sentido, a cidade e a feira historicamente no Nordeste, se encontram na esteira da produção econômica e da reprodução cultural. Enquanto que a cidade reúne pessoas com as suas relações e suas manifestações sociais e culturais de existência, com o uso do trabalho e suas transformações no espaço, a feira está contida na cidade, com o fluxo populacional, com os objetos advindos do artesanato e da indústria, prontos para serem vendidos e comercializados, além de alimentos e frutigranjeiros.

Nos últimos 30 anos, percebe-se que a mesma ganhou novas características e contornos diferentes, daquela de antigamente, pois no passado se limitava à venda especialmente de frutas, de verduras, de legumes e de objetos de uso domiciliar artesanais. Pois, a cidade e a feira perderam alguns dos seus traços tradicionais com o atual processo de globalização, acabando por se adaptar a essas novas demandas globais.

É necessário lembrar que, embora diferenciadas, nas cidades nordestinas, cada uma caracteriza-se por sua dinâmica espacial, sua escala local, regional ou nacional e sempre atraindo pessoas de outros lugares, como a de Pau dos Ferros, que desde o início do século XX, também é o palco do acontecer cotidiano de sua gente, de seu povo, de sua sociedade.

Portanto, analisando o momento pós-crise do algodão no sertão nordestino, o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

² Ver o capítulo 5 neste livro, sobre os circuitos espaciais da produção da feira livre de Pau dos Ferros.

(IICA) (2006, p. 63) afirma sobre o Alto Oeste Potiguar, região em que Pau dos Ferros aparece situada como sendo o centro sub-regional e, por conseguinte, de comando:

Toma-se o encerramento do complexo algodoeiro como um dado para a Região, o que nos coloca de frente com a necessidade de pensar alternativas, em função do que é a Região, na atualidade. É preciso entender como a economia local reagiu pós-crise até chegar à situação atual; e, identificar quais os principais problemas a serem enfrentados e as potencialidades a serem exploradas.

Assim, a feira de Pau dos Ferros, aparece como uma destas atividades potenciais que podem ser alavancadas no sentido de contribuir para promover o desenvolvimento sustentável da região, por sua recepção de feirantes e consumidores de diversos municípios, bem como por suas ligações à montante com o setor primário, com a agricultura familiar regional.

4. A feira de Pau dos Ferros: do século XIX ao século XXI

São poucos os relatos e fontes históricas sobre a feira de Pau dos Ferros, todavia, encontramos nos versos recentes de Cavalcante (2013, p. 32) indícios de sua existência ainda no século XIX, em 1859:

Um ano depois criou se
Nossa feira semanal,
Pra desenvolver aqui
O campo comercial,
Mas posteriormente ela
Mudaria de janela:
O mês, o dia e o local.

Em Um-Oito-Meia-Oito
A Câmara decretou
Que a feira que existia
(como no livro constou)

Passassem sem choramingo
Para o último domingo
De julho e se instalou.

E em Um-Oito-Sete-Três
A câmara decidia
Que ela fosse em Luís Gomes
Nos sábados e ali havia
A criação verdadeira
Talvez dessa mesma feira
Que acontece hoje em dia.

Com quase um século e meio de existência esta incipiente feira dos meados do século XIX, localmente circunscrita ao município, ganha hoje novos horizontes espaciais, seja por suas interações sistêmicas ligada às trocas comerciais com espaços fornecedores de mercadorias seja com uma vasta população, que semanalmente migra para seu interior, em busca destas e breves momentos de lazer nos bares (**Foto 1**) e restaurantes existentes no seu entorno, bem como pela busca de contatos interpessoais com os parentes, os amigos e os feirantes.

Foto 1 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: bares localizados na área entre a feira de verduras e a feira de animais vivos.



Foto: Os autores, 2014.

No início do século XX, o intercâmbio comercial no Oeste potiguar era dominado por Mossoró, de onde, segundo Lira (1925 apud A'RBocz, 1986) desta cidade partia em 1911, rio acima, no caso o Apodi-Mossoró, até as cabeceiras, uma estrada de comboios na qual ele defendia ser a mais transitada dos sertões do Rio Grande do Norte, tendo como uma das rotas centrais Apodi-Portalegre-Pau dos Ferros-São Miguel e Luiz Gomes.

Conforme destacado por A'rbocz (1986, p. 59) na primeira metade do século XX, “A cidade de Pau dos Ferros se destaca em função de sua localização no ponto de convergência de várias estradas secundárias provenientes de regiões serranas do Extremo Oeste do Estado” do Rio Grande do Norte, cujos fluxos de pessoas contribuíram de forma decisiva para o crescimento urbano do município e, conseqüentemente, o aumento do seu setor comercial, notadamente ligada à feira livre, da época.

Todavia, como destacado por Lima (2010, p. 30) a origem de Pau dos Ferros está diretamente ligada à mesma, ao dizer que:

Localizada em região economicamente frágil do semiárido nordestino, Pau dos Ferros, assim como as demais cidades localizadas no oeste do Rio Grande do Norte, teve sua formação associada, em grande parte, a uma economia voltada para as atividades agropastoris (pequena produção de algodão, feijão, milho e criação de gado) para abastecimento da população local e das feiras-livres da região.

Portanto, Pau dos Ferros remonta a 1856 quando se emancipou de Portalegre através da Lei. 344, de 4 de setembro (BARRETO, 1987), e segundo Noronha (2001), o processo de ocupação das regiões mais afastadas do litoral do Rio Grande do Norte se deu de forma mais efetiva após a confederação dos Cariris, o que permitiu o povoamento do interior do estado.

Em seu livro: *Pau dos Ferros: enfim uma cidade*, Silva e Silva (1998, p. 7) relatam que no 1º de dezembro de 1859, foi criada uma feira semanal para “ativar o comércio local”. Ao escrever sobre a importância da Capela

e do Cemitério para as povoações sertanejas no passado, Cascudo (1968, p. 52, grifo do autor) o faz para demonstrar o valor da feira ao dizer:

Capela e Cemitério eram valores espirituais, defesas e resguardos da alma. O elemento dinâmico para o desenvolvimento, propaganda, prestígio da povoação, era a FEIRA.

Assim, houve em 1862 uma “restauração” da feira, atribuível a um possível não funcionamento da mesma desde sua criação. Há relatos que:

Parece que a feira criada teve curta duração, porque em 1868 a câmara voltava a tratar do assunto, determinando o último domingo de julho daquele ano para início de uma feira na vila. (BARRETO, 1987, p. 17)

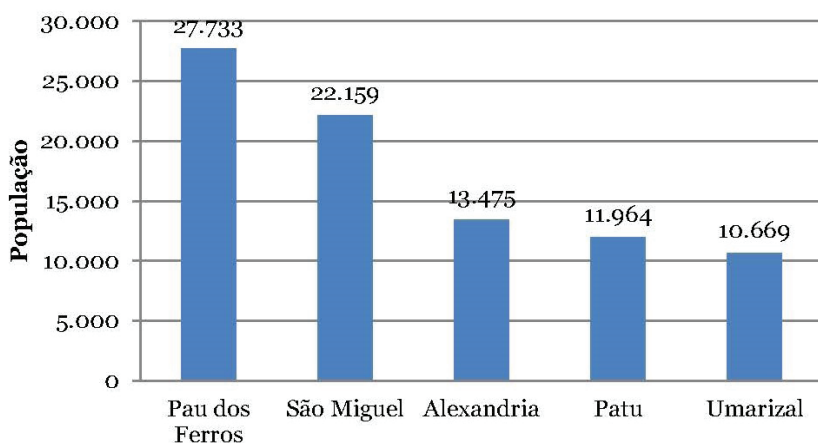
Ainda neste sentido, com a passagem do século XX para início deste, a feira livre de Pau dos Ferros tomou novas dimensões tornando-se cada vez mais movimentada nos dias de sexta feira e sábados, através das vendas existentes não só de produtos alimentícios e de caráter frutigranjeiros, mas com a disponibilidade de produtos eletrônicos e roupas facilitando, assim, o acesso daquelas pessoas ligadas pelo consumo ao circuito de fluxos inferiores.

Assim sendo, considerando as conclusões de Corrêa (2001) para os mercados periódicos nordestinos no final da década de 1970, especialmente, a regra de que a menor centralidade de uma cidade implica numa maior importância relativa de sua feira semanal para o conjunto de relações urbanas, assim admitimos, então, que neste período, a feira de Pau dos Ferros comandava a economia local, representando para ela seu dia de maior fluxo econômico, do qual o comércio nas atividades do circuito de fluxos inferiores formais existentes lucrava com seu funcionamento.

Noutros termos, uma realidade bastante peculiar das pequenas cidades da região do Alto Oeste Potiguar-RN era a sua economia baseada na agricultura familiar e de subsistência. Assim, era a realidade do

município paufferrense, cuja população era de 17.517 habitantes, 1950, sendo que 13.909 pessoas moravam na zona rural e 3.608 na urbana. Na metade do século passado era tipicamente uma pequena cidade, de reduzida dinâmica comercial. Hoje, aproxima-se dos 30.000 habitantes sendo a mais populosa do Alto Oeste Potiguar (*Gráfico 1*), logo, nota-se por que ela exerce a função de polo regional e de atração populacional, de cuja presença a feira livre local amplia sua centralidade.

Gráfico 1 – Alto Oeste Potiguar, RN: municípios com população acima de 10.000 habitantes (2010)



Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso: 03 jul. 2012.

Contudo, foi a partir de 1955, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil, incentivando a pecuária, a agricultura e o pequeno produtor, que Pau dos Ferros começou, aos poucos, a expandir o comércio ligado ao seu circuito de fluxos inferiores informais e formar sua rede urbana, com atividades de pequenas dimensões, bens alimentícios, especialmente, de verduras, de legumes, de arroz, de feijão, de mandioca, de batata doce, de carne de gado, além de outros produtos advindos do artesanato, fornecidos para o comércio local.

Todavia, estas atividades comerciais, até meados de 1960, eram limitadas a Pau dos Ferros, não conformando, ainda, um circuito espacial

da produção regional em função da época, da rede de estradas serem deficientes. Assim, as pessoas que se locomoviam de outros municípios, conviviam com um *tempo lento*, em que a carroça e o cavalo eram os transportes mais comuns utilizados pelo homem nordestino para se deslocar de um lugar para outro.

Felipe (2010) relaciona a ampliação das relações informais do trabalho no Nordeste à terceirização da economia brasileira, a partir da década de 1960. Neste contexto, portanto, devemos compreender a ampliação da importância da feira livre de Pau dos Ferros, cuja cidade está impulsionada por uma “política terciária”, por parte dos sucessivos governos do Rio Grande do Norte, que a transformou num centro sub-regional, de elevado alcance espacial na fronteira CE-RN-PB.

Na década de 1970, a feira livre já era realizada defronte ao açougue público municipal e tinha uma forma diversa da existente atualmente. Sendo, porém, possível perceber a ebulição humana, o contato intersubjetivo, a conversa, o sorriso descontraído, revelando assim, toda sua dimensão simbólica e afetiva (**Foto 2**).

Foto 2 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: feira sendo realizada defronte ao açougue público, em 1977.



Foto: Fausto Fernandes, 1977. Disponível em: < <http://culturapauferrense.blogspot.com.br/2011/02/feira-livre.html>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

Assim, analisando-se os dados dos feirantes de produtos primários entrevistados, dos 20 perguntados sobre o ano de início de sua atividade na feira de Pau dos Ferros, apenas 1 começou no período de 1970-1974 e outro entre 1980-1984. Na década de 1990, surgem mais 6 e na 2000, 12 novos feirantes, cuja presença nela se deve mais a falta de outros empregos em Pau dos Ferros ou pela condição instrucional dos mesmos, que não lhes permite encontrar outro trabalho, razões estas, também, constatas por Figueiredo Neto (2012), em seu estudo sobre o papel cultural e simbólico da rua para a feira livre de Pau dos Ferros.

Logo, as conclusões de Barreto (1987, p. 97) sobre os aspectos da evolução social de Pau dos Ferros relaciona diretamente o espaço público com circuito de fluxos inferiores informais, isto significa dizer a própria feira livre nesta constituição, ao expor que

A feira que primitivamente representara um pequeno ponto de encontro e reunião dos habitantes locais se transformou posteriormente num importante entreposto de comercialização dos mais variados produtos de abastecimento e consumo: cereais, tecidos, confecções, calçados, miudezas, artesanato, etc.

Especialmente os feirantes mais antigos e os mais novos compartilham o mesmo espaço, cuja organização espacial se refaz constantemente pela incorporação de novas áreas através da chegada de novos feirantes, obedecendo, porém, à organização espacial prévia, a sua estrutura normativa.

5. Organização espacial da feira livre de Pau dos Ferros

O espaço geográfico é organizado conforme as demandas da sociedade, da economia e do Estado e pelo próprio cotidiano, que precisa ser adaptado às novas formas globais, que são exigências do mundo atual

em que vivemos. Em uma de suas discussões a respeito do espaço, como ele se dá e se forma, Santos (2008, p. 31, grifo do autor), reforça que:

O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não pode criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm de se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo *provável*, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real.

Novas formas são criadas na cidade de Pau dos Ferros, como condição necessária para a expansão de sua economia local, como no caso da feira livre que, gradativamente, vai se espalhando pelas ruas da cidade, muitas vezes sem condições de higiene apropriada para montar as barracas para serem vendidos os produtos.

Neste sentido, a feira nas atuais condições do mundo global, adapta-se aos novos padrões impostos pelo consumo, tornando-se, também, o território do consumo e da exclusão social, sendo dessa forma que:

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contraordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados (SANTOS, 2012, p. 114).

A feira livre hoje muda seu sentido e a sua tradição, com o surgimento das grandes lojas e das redes de supermercados, que se instalaram em Pau dos Ferros, logo foram, aos poucos, fortalecendo-se e configurando seu circuito espacial da produção regional. Mesmo assim, a feira livre resiste aos padrões do consumo voraz regidos pelas transformações da sociedade global no espaço.

Nessa organização espacial da feira livre de Pau dos Ferros, nos dias de hoje, ela se realiza com a presença dos camelôs ou vendedores de rua, os quais Santos (2008, p. 219) classifica e distingue ao dizer que:

Pode-se distinguir, grosso modo, duas categorias de vendedores de rua: Os que são mais ou menos sedentários, que têm seu local fixo na calçada ou andam com suas mercadorias nas ruas do centro da cidade e aqueles que vão à procura de fregueses nos bairros.

Portanto, a feira livre de Pau dos Ferros completa-se com as barracas fixadas num determinado local e, que comercializam os seus produtos e demais excedentes, bem como aqueles que vão às ruas na busca de freguesia, manifestando-se através da ação comunicativa.

6. Considerações finais

A origem da feira livre de Pau dos Ferros é de difícil apreensão histórica, pois são raras as fontes existentes sobre a própria constituição geográfica local. Todavia, pelas informações, aqui, expostas, apesar do seu passado escondido, o seu presente é revelador de que algo grandioso ocorreu, em algum momento do tempo, para que ela se constituísse como uma das mais vibrantes atividades econômicas e culturais do Rio Grande do Norte.

7. Referências

ARBOCZ, I. I. L. **Ensaio sobre a história econômica do RN**. Natal: UFRN, 1986.

CARNEIRO, R. N. **Produção do Espaço e circuito de fluxos da indústria têxtil de São Bento-PB: do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional**. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPE, Recife, 2006.

_____. **As Semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir do nordeste brasileiro.** Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2011.

CASCUDO, L. da C. **Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte.** Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CAVALCANTE, M. **Pau dos Ferros à sombra da oiticica.** Natal: Offset Editora, 2013.

CORRÊA, R. L. **Trajétórias geográficas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FELIPE, J. L. A. **Rio Grande do Norte: uma leitura geográfica. Coletânea de textos.** Natal: UFRN, 2010.

DANTAS, G. P. G. Feiras no Nordeste. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, ano 7, n. 13, p. 87-101, 2008. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/11/7>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

GUIMARÃES, C. A. A feira livre na celebração da cultura popular. **Biblioteca Latino-Americana de Cultura e Comunicação, 1. Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC-CELACC).** 2010. Monografia (Especialização em Gestão Cultural e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, 2010. 20 p. Disponível em: <<http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/viewFile/140/174>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IBGE. Pau dos Ferros: Rio Grande do Norte-RN. Sem data. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedonorte/paudosferros.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste: Diagnóstico.** Natal: IICA, 2006. v.2, 268p.

LIMA, K. Q. de. **O processo de segregação residencial:** Um olhar sobre as desigualdades espaciais no conjunto Manoel Deodato em Pau dos Ferros-RN. In: UERN. Trabalhos de conclusão de curso de Geografia. Pau dos Ferros: Curso de Geografia, 2010. p. 28-67. Volume II.

NORONHA, C. H. M. M. de. **Cinco séculos do Rio Grande do Norte:** a formação do espaço norte-riograndense. Joao Pessoa: UNIPÊ, 2001.

SANTOS, M. **O espaço dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: EDUSP, 2012.

SILVA, F. E.; SILVA, J. G. de. **Pau dos Ferros:** Enfim uma cidade. Natal: Servgráfica, 1998.

SOUZA, M. A. A. de. Cidade: lugar e geografia da existência. **Homenagem a Milton Santos.** Salvador-BA, 2013.

CAPÍTULO III

CIRCUITO DE FLUXOS INFERIORES INFORMAIS, MUNDO DO SISTEMA E FEIRA LIVRE DE PAU DOS FERROS-RN

*Caio Anderson de Oliveira Pereira
Rosalvo Nobre Carneiro*

1. Introdução

A era moderna está acompanhada por uma série de avanços técnico-científicos que modificaram drasticamente as formas de comunicação, relações comerciais e humanas. Estas inovações tiveram como primeiro palco a cidade, que passou a ser uma agregadora de tecnologia, do capital e da população.

Ao lado destas inovações técnicas, econômicas e, consequentemente, burocráticas, surge um setor da economia que se vê, de certo modo, desligado das influências diretas das atividades desenvolvidas em setores superiores da hierarquia produtiva, dotado de pouca modernidade e burocracia, estando assim, muito menos relacionados ao mundo do sistema.

Apesar de caracterizar-se pela adoção de formas menos modernas de relações de produção, incluindo as comerciais, este circuito inferior da economia urbana, também, apresenta-se como um produto da modernidade (SANTOS, 1979). Como uma das mais notáveis manifestações deste circuito, está a feira livre, como um centro de comércio e de relações sociais informais, que movimenta uma quantidade considerável de capital e se revela, também, como um mundo social vivido particular.

Neste sentido, a feira livre de Pau dos Ferros torna-se um objeto passível de estudo através da ótica dos “circuitos de fluxos sócioespaciais”, consoante à proposta desenvolvida por Carneiro (2006, 2011), em especial como fazendo parte do “circuito inferior informal”, constituído por atividades de escala reduzida.

Assim, são analisadas, aqui, as características do mundo do sistema presente no espaço da feira livre de Pau dos Ferros, como cada uma delas se apresenta nas atividades de modo geral, considerando o uso da razão instrumental, o acesso ao crédito, à inovação, ao marketing dentre outros,

que fazem parte do seu funcionamento e de sua produção material, isto é, da própria reprodução do capital.

2. Os circuitos de fluxos socioespaciais e o mundo do sistema

A teoria dos circuitos da economia urbana elaborada por Santos (1979) surgiu a partir da ideia de que a desigualdade de renda modificaria drasticamente a forma de consumo entre as classes sociais, e esta diferença seria a responsável pelo surgimento de um circuito superior, destinado ao consumo de classes de altos rendimentos, bem como um circuito inferior, que corresponde às necessidades e à aptidão de consumo das classes de baixo rendimento, os *pobres*.

Porém, cabe ressaltar que, nos circuitos, o consumo não se restringe a uma única classe, assim, pessoas de todas as classes socioeconômicas podem teoricamente consumir em qualquer um dos dois (SANTOS, 1979). Nesse sentido, essa opção se torna mais flexível às classes de poder aquisitivo elevado, que podem livremente consumir tanto no circuito inferior quanto no superior, enquanto as classes mais baixas consomem produtos no circuito superior com maior dificuldade e menos frequência.

Recentemente, Carneiro (2006, 2011) propôs uma nova abordagem à esta teoria, passando a incluir, também, as questões culturais, de subjetividade e da intersubjetividade presentes nas atividades humanas, considerando assim, portanto, os aspectos do mundo vivido em relações com às variáveis do sistema e como estas se distribuem entre às atividades dos vários circuitos (*Quadro 2*). Em suas palavras, menciona:

[...] esta temática dos circuitos econômicos ganha novos contornos e, desse fato resulta a necessidade de uma reconstrução baseada no contexto social, econômico, político e cultural que vive o mundo hodiernamente” (CARNEIRO, 2011, p. 17-18).

Quadro 2 - Variáveis e características sistêmicas dos circuitos de fluxos socioespaciais inferiores¹

Mundo do sistema	Variáveis do mundo sistêmico	Circuito inferior Formal	Circuito inferior Informal
	Razão instrumental	Relativamente orientada para o sucesso	Pouco orientada para o sucesso
	Ação instrumental	Relativamente voltadas para o êxito	Pouco voltadas para o êxito
	Ação estratégica	Relativamente voltadas para a influência	Pouco voltadas para a influência
	Tecnologia	Trabalho intensivo	Trabalho intensivo
	Inovação	Baixa	Pouca
	Emprego	Reduzido-Permanente	Reduzido-Temporário
	Trabalho assalariado	Variável	Variável ou não obrigatório
	Crédito	Bancário institucional ou Pessoal	Pessoal ou Ausente
	Apoio estatal	Pouco expressiva	Quase nula ou nula
	Organização	Burocrática Incipiente	Não burocrática
Dependência direta do exterior	Reduzida ou nula	Nula	

Fonte: Adaptado de Carneiro (2011).

Nesta nova abordagem, o circuito inferior e superior são estudados de forma mais abrangentes, indo além da dimensão da produção material ligada aos sistemas produtivos. Desse modo, os circuitos foram multiplicados, incluindo três superiores e dois inferiores, e tornados mais complexos, se é que pode-se dizer, considerando assim, não apenas as variáveis sistêmicas².

Cabe assim, ainda que de forma breve, levantar algumas discussões sobre o conceito de “mundo do sistema”. Este pode ser entendido a partir da ideia de reunião de mecanismos que se organizam burocraticamente e que se orientam para fins pragmáticos. Cabe, então, esclarecer com Habermas (1990), que toda ação persegue uma finalidade, porém para contrapor dentro do seu arcabouço teórico, o agir instrumental ao agir comunicativo, o mesmo prefere se remeter ao primeiro como perseguindo um fim (sucesso, êxito) e, ao segundo, movendo-se na busca do entendimento como finalidade (o consenso).

1 Este quadro está explicado no Capítulo 1, deste livro, razão pelo qual não faremos o mesmo, aqui.

2 Sobre a análise das variáveis do mundo vivido da feira livre, ver o Capítulo 4, nesta obra.

Ao entender a feira livre através das lentes do mundo sistêmico, constatamos que como é uma atividade situada no circuito de fluxos inferiores informais, esta vem cada vez mais sofrendo as influências do mercado e as pressões do Estado, sobre diferentes formas, desde interferência na organização espacial a casos extremos de retirada da feira da rua.

Dessa forma, a análise das formas de colonização do mundo vivido através de verticalidades sistêmicas do mercado e do Estado é fundamental aos estudos relativos às atividades humanas produtivas de forte conteúdo cultural. Ao longo do tempo, estas duas estruturas do mundo do sistema, se entrelaçam progressivamente, conforme Matos (2008, p. 4):

A impermanência do mundo material se interpõe ao conceito puro e simples de que o mercado é um local onde os indivíduos trocam suas mercadorias por valor. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo ele tornou-se complexo. Um número cada vez maior de indivíduos e indústrias necessita vender e comprar mercadorias a fim de obter lucro. Nessa nova configuração, o estado é convocado a participar dessa rede econômica para regular as relações entre os agentes econômicos nem sempre amigáveis.

Neste cenário, o Estado em geral parece não atuar de forma direta no mundo social da feira livre, restringindo-se aos níveis básicos de controle, como cobrança de impostos, ainda que simbólica. Por outro lado, no interior dos circuitos de fluxos socioespaciais não só o Estado, como também o mercado desempenham papéis centrais para a produção material das atividades humanas.

Desta forma, o crescimento socioeconômico ocorrido, nos últimos séculos, em razão das diversas modernizações resultou em novas configurações das relações sociais de produção. Neste sentido, a cidade torna-se o novo palco das atividades produtivas e comerciais, assumindo assim, o papel de principal centro de acumulação de capital e da população. Ou seja, o campo passa a servir como suporte, suprindo as necessidades da cidade e com o tempo enfrenta seu próprio processo da modernização, industrializando-se e urbanizando-se.

Portanto, a configuração dos meios geográficos enquanto meios técnicos resultou de uma modernização burocrática e administrativa nas atividades econômicas atuais. Cria-se, assim, um sistema ou “mundo sistêmico”, que é regido pela lógica do dinheiro e do poder, visando à ascensão e sucesso das atividades voltada para um fim, cujo parâmetro é o da acumulação de capital.

De acordo com este pensamento, este mundo do sistema está em confronto com o mundo da vida e busca, de alguma forma, subordinar ou eliminar as relações intersubjetivas ou da comunicação humana direta pela subordinação das atividades humanas, do trabalho cotidiano ao conjunto de normas e das leis que as regulam no âmbito da economia e do aparato estatal.

Assim, perguntamos: *Em que grau a lógica do capital e do agir instrumental, calculista, consegue colonizar e modificar a organização informal, baseada nas relações face a face própria das feiras livres no sertão nordestino e em Pau dos Ferros, particularmente?*

Jürgen Habermas (2012), definiu duas esferas nas quais as sociedades estão envolvidas, são elas: o mundo da vida, referente à reprodução simbólica, envolvendo a cultura, a comunicação e a linguagem; e o mundo do sistema, voltado à reprodução material, que segue a lógica da produção e do consumo, envolvendo assim, mercado e Estado.

Neste sentido, na diferenciação desses “mundos”, a orientação das ações adquire um papel de grande destaque. Assim, no mundo do sistema as ações humanas se orientam de forma intencionada à obtenção de sucesso, êxito, regido por regras técnicas, calculistas, individuais. Logo, essa lógica é amplamente aplicada pelas grandes empresas, que fazem parte dos circuitos de fluxos superiores cujo o objetivo principal é gerar lucros cada vez maiores, inclusive, às custas das atividades do circuito inferior.

Com o atual período técnico e a globalização, a influência do Estado e, sobretudo, do capital transnacional se faz presente praticamente

sobre todas as formas produtivas humanas. Portanto, atividades informais, baseadas na comunicação intersubjetiva e em culturas locais, inseridas no chamado “mundo da vida”, passam por um sistemático processo de racionalização, alterando assim, a própria forma como os atores sociais agem e se relacionam entre si e com o espaço. Dessa forma, a racionalidade passa a ser uma palavra-chave no período atual, como diz Ianni (1999, p. 146):

A racionalidade originada com o mercado, a empresa, a cidade, o Estado e o direito tende a organizar progressivamente os mais diversos círculos de relações sociais, compreendendo os grupos sociais e as instituições em que se inserem, da fábrica, à escola, da agência do poder estatal à família, dos sindicatos aos partidos políticos, dos movimentos sociais às correntes de opinião pública. Aos poucos, tudo se burocratiza segundo um padrão burocrático racional legal.

Noutros termos, a economia e a política atuais caracterizam-se por uma ordem neoliberal, instrumental, orientada para fins egocêntricos e geocêntricos. Assim, o Estado, além de permitir que a economia siga seu “fluxo natural”, comumente fornece apoio às grandes empresas do circuito superior. Por conseguinte, essa relação Estado-empresas privadas está altamente consolidada, sobretudo através do apoio bancário, creditício, este sendo reduzido no circuito inferior, em que procura exercer suas estratégias de colonização sistêmica ou de imposição vertical de normas e leis, através de diversos recursos como: legalização de comércios informais, apoio a pequenos empreendedores, expulsão de ambulantes das ruas, apreensão de mercadorias etc.

Apesar de sua influência espacialmente extensa, o sistema enfrenta resistência, contra racionalidades (SANTOS, 2004), incluindo, aqui, as formas de comércio e de produção típicas do circuito inferior já que resistem e persistem no espaço, garantido assim a própria reprodução de uma vida amparada em outras formas de razão.

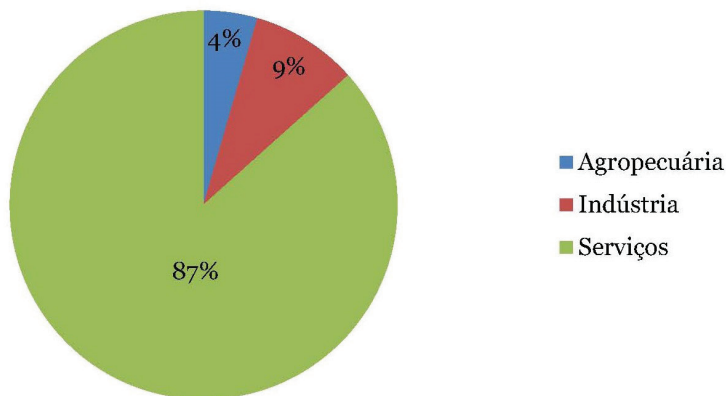
A partir disso, pode-se, então, considerar, entre outros, um circuito de fluxos inferiores informais, caracterizado pelas atividades de pequena

dimensão, em parte garantidas pela reprodução simples do capital, cujo sucesso deste se reproduzir é condição de existência e manutenção de várias formas de atividades humanas, incluindo, a feira livre.

3. Circuito de fluxos inferiores informais e o mundo do sistema na feira livre de Pau dos Ferros

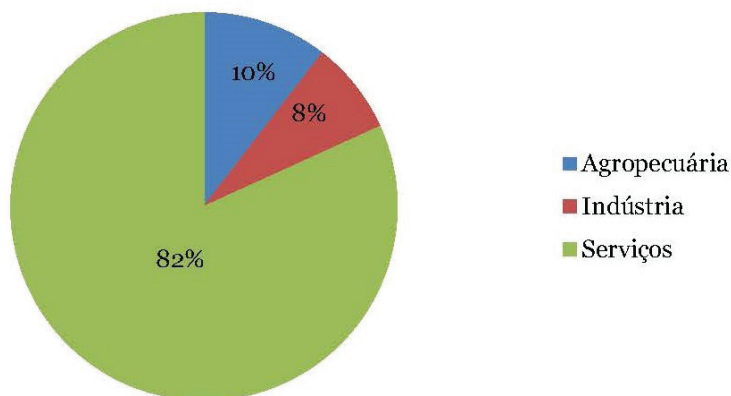
A economia de Pau dos Ferros assim como a da região do Alto Oeste Potiguar, apresenta na atualidade uma nova configuração dada pela presença maior na geração da riqueza das atividades ligadas ao setor terciário ou de serviços (*Gráficos 2 e 3*).

Gráfico 2 – Pau dos Ferros-RN: Produto Interno Bruto Setorial (2010).



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso: 03 jul. 2012.

Gráfico 3 – Alto Oeste Potiguar, RN: Produto Interno Bruto Setorial (2010).



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso: 03 jul. 2012.

Isto significa que, é no circuito de fluxos inferiores informais, que podemos identificar as características comuns as atividades humanas constitutivas das feiras livres, já que se trata de uma área de concentração de um tipo particular de comércio, com pequeno grau de modernização, de burocratização e de atuação centrada, quase sempre, num espaço local ou regional.

No Brasil, ao mesmo tempo em que o circuito de fluxos inferiores é responsável pela reprodução simbólica do seu espaço, ele é, também, resultado indireto das modernizações advindas dos circuitos de fluxos superiores e criado a partir do monopólio de grandes empresas, que visam à acumulação ampliada de capital.

No circuito inferior é empregado uma grande quantidade de trabalhadores e de trabalho manual, de pessoas com faixas etárias variadas e que percebem baixa remuneração (quando na condição de trabalhador assalariado). Assim, o trabalho autônomo, é uma forma de

atividades muito marcante na feira livre de Pau dos Ferros, assim, 80% dos feirantes entrevistados têm o trabalho na mesma como fonte central ou única de renda, ao passo que apenas 20%, ou seja, 4 dos entrevistados, admitem complementar a renda com outra atividade durante os dias da semana.

O comércio é uma atividade de grande destaque no circuito de fluxos inferiores informais. Esta presença marcante deve-se à facilidade de se ingressar nesse ramo, pois “para isso, é mais necessário trabalho do que capital” (SANTOS, 1979). Essa atividade, ainda, oferece muitas facilidades de ingresso e de estabilidade financeira e, conseqüentemente, o trabalhador quase sempre não necessita de formação e de investimento, pois pode ser reduzido, ainda mais, quando se abdica de uma estrutura física maior.

Na feira livre, podemos identificar algumas características apontadas por Santos (1979) referentes ao circuito inferior. Dentre elas constatamos: a “pulverização” das atividades, isto é, uma atividade igualmente praticada por uma grande quantidade de trabalhadores. A partir dessa realidade, observa-se que diversos comerciantes se especializam na comercialização de um mesmo tipo de produto.

Por outro lado, percebe-se ações à distância entre atividades de circuitos diferentes, como se evidenciam no âmbito da concorrência entre a feira livre de Pau dos Ferros e os mercadinhos ou supermercados. Assim, 85% dos feirantes entrevistados, 16 pessoas, alegaram diminuição das vendas de verduras e de frutas em função da abertura de novos empreendimentos privados em Pau dos Ferros.

Conforme se observa pelos produtos comercializados na feira livre de Pau dos Ferros, é evidente a relação dela com os circuitos de fluxos socioespaciais superiores. Contudo, historicamente as feiras livres eram espaços destinados à comercialização de produtos agrícolas, gado e produtos artesanais, mercadorias sempre oriundas de uma produção pessoal.

Ainda é possível identificar vários desses produtos sendo comercializados, porém estão ao lado de mercadorias industrializadas. Assim, é possível ver a influência das modernizações, pois nos casos de frutas e de verduras, uma minoria dos feirantes afirma cultivar as mesmas, revelando certa subordinação aos atravessadores e aos produtos cultivados nos espaços luminosos da agroindústria do Nordeste brasileiro.

Neste contexto, as atividades da feira livre ligam-se muito mais às relações pessoais, de convívio e de comunicação, por este motivo, pouco se nota as variáveis burocratização e hierarquização do trabalho. Neste sentido, considera-se a razão instrumental como um elemento pouco presente no mundo da feira livre.

Aparentemente, não existe um estabelecimento de metas de crescimento a médio ou longo prazo, a não ser, evidentemente, a de geração de renda suficiente para permitir suas necessidades de reprodução simples do capital. Este quadro leva a uma baixa competição entre os feirantes.

Salienta, outrossim, que o comércio, portanto, aparenta fluir de modo natural, como o próprio mundo da vida, sem planos pré-estabelecidos que visem à ascensão empresarial, o que levaria os feirantes a ampliarem sua área na feira ou a migrarem do circuito de fluxos inferiores informais para o formal e, deste para o superior secundário, abrindo um mercadinho, supermercado ou atividade semelhante no setor terciário da cidade.

O dinheiro, símbolo do sistema econômico é, na feira livre, sempre material, em estado puro, embora Oliva (2005, p. 73) nos lembre que “A moeda é um mecanismo cuja fisicabilidade foi variando na história até chegar à virtualidade presente”. As atividades do circuito de fluxos inferiores para sua existência e funcionamento, necessitam a troca de suas mercadorias por moeda em estado material, passado de mãos em mãos (*Foto 3*), assim como as relações interpessoais são cara a cara.

Foto 3 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: o dinheiro material como normatização das trocas.



Foto: Os autores, 2013.

Neste sentido, não há propaganda nem divulgação dos seus produtos pela maioria dos feirantes, ao menos não seguindo as ideias básicas do *marketing*. Logo, uma comunicação quase pessoal utilizando diretamente a fala para mostrar o seu convencimento e sedução de ofertas, com a tática do “grito” do preço, do uso corriqueiro e frequente da chamada de atenção pela fala. Assim sendo, referenciamos:

Na medida em que os atores estão exclusivamente orientados para o sucesso [...] eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente, por meio de armas ou bens, ameaças ou seduções, sobre a definição da situação ou sobre as decisões ou motivos de seu adversário. A coordenação das ações de sujeitos que se relacionam dessa maneira, isto é, estrategicamente, depende da maneira como se entrosam os cálculos de ganho egocêntricos (HABERMAS, 2003, p. 164-165).

Assim, ela é vista como uma atividade que movimentava poucos valores – se considerarmos o capital individual dos feirantes – pouco se observa a aplicação desse modo de inovações entre suas atividades, restringindo-se ao modo de trabalho intensivo, mantendo um padrão quanto a tipos de produtos comercializados e formas de trabalho aplicados. Ainda que de pouca monta, porém, algumas formas de inovações são verificadas, sobretudo, na propaganda e no uso de balanças de precisão (*Foto 4*), que substituem as antigas, com pesos de ferro, ainda que tenhamos identificado sua presença na mesma (*Foto 5*).

Foto 4 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: pequenas inovações, incluindo preço das mercadorias escrito em quadro branco (alto) e balança de precisão (logo abaixo).



Foto: Os autores, 2013.

Foto 5 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: balança com pesos de ferro, utilizada por feirante e ainda encontrada na feira.



Foto: Os autores, 2013.

Neste âmbito, o apoio estatal e o crédito bancário parece ser praticamente nulo para a maior parte dos feirantes e de baixo acesso para a maioria na feira livre de Pau dos Ferros. Esta informação corrobora com a opinião de Carneiro (2011, p. 25) de que no circuito de fluxos inferiores informais, ela é pouco expressiva ou quase nula:

[...] o Estado, se expressa na extrema importância de seu apoio as atividades do circuito superior, estando em crescimento no circuito superior secundário, dada a ampliação das unidades produtivas e sua inserção no mercado internacional. Já no circuito inferior formal ou no circuito inferior informal a mesma é pouco expressiva ou quase nula, respectivamente.

Apenas uma minoria dos feirantes afirmaram ter recebido, pelo menos uma vez, algum tipo de apoio. Assim, dos entrevistados em 2013, apenas 02 (*dois*) responderam ter conseguido algum tipo de empréstimo ao passo que a maioria, 23 (*vinete e três*), afirmaram que nunca utilizaram

empréstimos bancários para suas atividades. Estes dados corroboram com a afirmação do IICA (2006, p. 78) sobre o desenvolvimento sustentável das atividades de pequena dimensão do Alto Oeste Potiguar, região em que está inserida Pau dos Ferros, de que para melhorar as suas condições de produção, precisa acabar com a falta de crédito e de incentivos governamentais.

A presença do Estado na feira significaria uma mudança radical no sentido histórico de constituição e de existência da mesma. Por outro lado, parece ser fundamental esta presença sobretudo na regulação da feira de carnes e de pescados, como salienta Sousa et. al (2012), ao afirmar em seus estudos que:

Diante da problemática percebida pode-se concluir que a forma de comercialização de carnes na feira livre de Pau dos Ferros encontra-se precária, pois se apresentam inúmeros problemas em relação às condições higiênico-sanitárias no ambiente de vendas, na manipulação dos produtos, e no acondicionamento dos alimentos. Faz-se necessário que sejam adotadas as devidas medidas para que se obtenham melhorias como cursos de capacitação para os manipuladores em ação conjunta com os órgãos fiscalizadores.

Assim, a feira livre não apresenta indícios de um sistema maior de organização empresarial e espacial, pois a sua cooperação predomina entre os comerciantes e a feira se torna um aglomerado de espaços territorializados, nos quais se mantem o respeito pelo espaço correspondente a cada comerciante. Neste sentido, é marcado por relações de poder, embora a burocracia seja praticamente nula, tendo a ação comunicativa, na maioria das vezes, papel decisivo nas negociações entre os comerciantes estabelecidos na rua.

4. Considerações finais

O que se nota na feira livre de Pau dos Ferros, é que, embora fazendo parte do circuito de fluxos inferiores informais, um “produto da

modernidade”, apresenta suas características tradicionais, transcendendo à denominação de simples “atividade econômica”. Nas atividades da feira, notamos uma pluralidade, tanto quanto à variedade de produtos comercializados como às formas de geração de renda.

Neste contexto, as variáveis do mundo do sistema não aparecem de forma expressivas e caracterizadoras da feira. Mas, apesar da pouca influência das variáveis sistêmicas, os feirantes, ainda, mantêm certos níveis de organização em suas ações, como por exemplo: as territorialidades.

Portanto, observando sistemicamente, não devemos ver o espaço da feira livre como um conjunto de atividades inferiores independentes de influências das atividades do circuito superior secundário, que a cerca. Trata-se, pois, de uma forma diferente de atividade comercial, que além de envolver a questão financeira, se entrelaça, também, cultura na reprodução do mundo social vivido.

5. Referências

BARRETO, J. J. **Pau dos Ferros: história, tradição e realidade**. Natal: Edições clima, 1987.

CARNEIRO, R. **Produção do espaço e circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento –PB: do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional**. 2006. 185 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Geografia. Recife, 2006.

_____. **As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir do nordeste brasileiro**. 2011. 100 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Recife, 2011.

DANTAS, G. P. G. Feiras no Nordeste. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 87-101, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/11/7>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da ação funcionalista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 2.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste: Diagnóstico**. Natal: IICA, 2006. v.2, 268p.

MATOS, L. A. I. Notas sobre a Teoria de Mercado segundo a visão de Adam Smith, Jean-Baptista Say, John Maynard Keynes, Friedrich Hayek e Joseph A. Schumpeter. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 3, n. 4, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/04artigo_1.pdf>. Acesso em: 30 novembro 2013

OLIVA, J. T. A cidade como ator social – a força da urbanidade. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 73-78.

SANTOS, M. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SOUSA, C. O. et. al. Perfil da qualidade higiênico – sanitária de carnes comercializadas em feiras livres do Município de Pau dos Ferros/RN-Brasil. In: VII CONNEPI, CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO,

Palmas, Tocantis. **Anais...** Palmas, 19 a 21 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/1674/2866>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

CAPÍTULO IV

CIRCUITO DE FLUXOS INFERIORES INFORMAIS, MUNDO DA VIDA E FEIRA LIVRE EM PAU DOS FERROS-RN

*Arilane Fernandes Maia
Rosalvo Nobre Carneiro*

1. Introdução

Com a globalização barreiras são ultrapassadas, limites são postos em cheque. Logo, está havendo um crescente desenvolvimento das tecnologias, das comunicações, gerando uma modificação da realidade socioespacial. Ianni (1999, p. 212) reforça que:

O mundo transforma-se em território de todo o mundo. Tudo se desterritorializa e reterritorializa. Não somente muda de lugar, desenraiza-se, circulando pelo espaço, atravessando montanhas e desertos, mares e oceanos, línguas e religiões, culturas e civilizações. As fronteiras são abolidas ou tornam-se irrelevantes e inócuas, fragmentam-se e mudam de figura, parecem mas não são.

Dessa forma, é notável que a globalização do capitalismo está intensificando as relações sociais em escala mundial, alterando o sentido de modernidade, cujos padrões e valores socioculturais e as formas de sociabilidade, ideias, modos de agir e pensar são transformados na mesma esteira deste processo. Ainda segundo Ianni (1999, p.221):

Na época da globalização, as coisas, gentes e ideias entram em descompasso com os espaços e tempos instituídos pela eletrônica. O andamento das relações, processos e estruturas, das vivências e existências, dos indivíduos e coletividades, das nações e nacionalidades, das culturas e civilizações, ficou para trás, ultrapassado pelo andamento simbolizado pela eletrônica, instituindo outros pontos e redes, outros ritmos e velocidades.

Assim sendo, este processo de globalização de forma direta ou indiretamente se faz presente na vida econômica e cultural, colonizando as relações interpessoais e a própria construção e reconstrução das subjetividades humanas. Entretanto, ela não atinge todos os indivíduos na mesma intensidade, em função das desigualdades espaço-temporais, pois apesar do avanço do “*período técnico-científico-informacional*” (SANTOS, 2004), alguns grupos sociais e atividades humanas tradicionais, ainda, mantem suas tradições e persistem no espaço e na paisagem.

Assim, embora a feira livre de Pau dos Ferros caracterize-se por apresentar de forma mais evidente as variáveis do mundo vivido, incluindo sua cultura, o agir comunicativo, suas formas de socialização humana e ação conforme normas localmente estabelecidas (**Foto 6**), o mundo do sistema tem atuado temporalmente sobre ela, um vez que no mundo vivido das feiras, hoje, diversos atores sociais, grupos e objetos já não fazem mais parte dela ou tendem a desaparecer.

Foto 6 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: criança frequentando a feira e fazendo compras



Foto: Os autores, 2013.

Ao falar da função social e cultural da feira livre, partindo de sua situação no mundo em que vivia na década de 1980 e tomando por base Pau dos Ferros, Barreto (1987, p. 97, grifos nossos) afirmara que ela é

[...] a divulgadora da nossa cultura popular e tradicionalista mais autêntica ali representada pelas barracas vendedoras de *romances de cordel*, pela presença de *poetas populares*, *violeiros cantadores de pejeas* e desafios e muitas outras manifestações características desse gênero cultural.

De outro modo, como uma atividade produtiva comercial e, também, como uma forma de produção e reprodução cultural a feira livre de Pau dos Ferros, ainda, se mantem no espaço público e com relevante importância para a vida de grupos sociais familiares, que permanecem de geração em geração, ligados a mesma, constituindo-se, portanto, como um valor simbólico existente na sociedade local.

Estes grupos que dependem simbolicamente da feira, produzem e se reproduzem a partir deste seu modo próprio de produção e de reprodução imaterial, relacionada à manutenção das tradições culturais, do desenvolvimento de personalidades humanas em socialização e do seguimento de suas normas sociais.

Diante disso, o texto está estruturado em duas seções. Na primeira, “*Mundo da vida e circuito de fluxos inferiores informais*”, discute-se o conceito de circuito, mundo vivido e suas variáveis. Na segunda, “*O mundo vivido dos feirantes de Pau dos Ferros e seus circuitos de fluxos inferiores informais*”, aborda-se, assim, a feira à luz de sua condição de mundo vivido.

2. Mundo da vida e circuito de fluxos inferiores informais

Para Santos (2008b) o circuito inferior é constituído por atividades de capital não intensivo, pelos serviços e comércio de varejo não modernos e de pequena dimensão. Carneiro (2011, p. 18) tem defendido um “*retorno do circuito inferior*” afirmando que:

O retorno atual de formas produtivas típicas do circuito inferior é correlato da atualidade da pobreza. O circuito inferior retorna também porque entrou em cena e se fortaleceu, desde então, os processos de aquisição de mais-valia absoluta – ou será o contrário? – em detrimento dos processos de mais-valia relativa, pelo menos enquanto este fato for viável para aqueles que dele se beneficiam diretamente. A afirmação da mais-valia absoluta na era da mais-valia relativa significa a volta de formas de exploração do trabalho que as inovações técnicas e a

ciência prometiam apagar, mediante a utilização da robótica e da informática no processo produtivo, da liberalização da mão-de-obra por máquinas inteligentes e da força libertadora do conhecimento científico.

Neste âmbito, os circuitos de fluxos socioespaciais se caracterizam além dos elementos sistêmicos¹, também por apresentar variáveis do “*mundo da vida*”. Para Habermas (2012, p. 231):

O mundo da vida constitui, pois, de certa forma, o lugar transcendental em que os falantes e ouvintes se encontram; onde podem levantar, uns em relação aos outros, a pretensão de que suas exteriorizações condizem com o mundo objetivo, social ou subjetivo; e onde podem criticar ou confirmar tais pretensões de validade, resolver seu dissenso e obter consenso.

É neste mundo da vida que o sujeito desenvolve suas interações sociais comunicativas, que atua pelo consenso, afirmando sua pertença a determinado grupo social, valendo-se da ação comunicativa, a qual é percebida, conforme Habermas (2003, p. 165, grifos do autor):

[...] quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um *acordo* existente ou a se negociar sobre a situação e as conseqüências esperadas

Logo, a ação comunicativa informa diretamente no mundo da vida ou no cotidiano compartilhado de cada qual, a racionalidade dos sujeitos, quando estes, por exemplo, seguem as normas vigentes, ou procuram com base em sua carga de conhecimento justificar sua ação, de modo a que venha se obter um acordo nas situações de comunicação.

Assim, o agir comunicativo, portanto, recoloca em questão, o próprio sentido de racionalidade, de razão, levando-nos a perguntar: *O que é ser racional hoje?* Sobre isto, Habermas (2012) afirma que:

¹ Analisados no âmbito da feira de Pau dos Ferros, no Capítulo 3 desta obra.

Em contextos de comunicação, não chamamos de racional apenas quem faz uma asserção e é capaz de fundamentá-la diante de um crítico, tratando de apresentar as evidências devidas. Também é assim chamado de racional quem segue uma norma vigente e se mostra capaz de justificar seu agir em face de um crítico, tratando de explicar uma situação dada a luz de expectativas comportamentais legítimas.

Deste modo, racionalidade e comunicação são termos que se aproximam, um necessitando do outro para sua compreensão. Assim, nessas relações comunicativas que se desenvolvem no mundo vivido cotidiano, há uma construção e um acúmulo de conhecimento próprio à determinada sociedade ou grupo, constituindo assim, sua cultura. Ainda, segundo Habermas (2012 p. 252):

A cultura constitui o estoque ou reserva de saber, do qual os participantes da comunicação extraem interpretações no momento em que tentam se entender sobre algo no mundo.

Nesta mesma linha de pensamento Wagner (2002) entende-a como um “*sistema de critérios consensuados*” pertencentes a uma comunidade que serve para guiar as condutas humanas de modo correto e eficaz². Esta reserva de saber pode ser compreendida como as tradições passadas, que até os dias atuais, permanecem por meio dos processos de socialização responsáveis pelo desenvolvimento das personalidades individuais sempre situadas num mundo social específico.

Neste mundo social, mundo intersubjetivo, os atores sociais se guiam pelas pretensões de validade normativas ligadas as suas ações e falas. Assim, ela, a cultura, necessariamente, enquanto uma condição das regras de ação corretas aparece como um marco para as motivações e

² “Bastará con concebir la cultura como lo sistema de criterios consensuados que cualquier comunidad humana tiene para una conducta correcta y eficaz, específica para un lugar y un tiempo, para una situación social o una identidad personal”.

decisões pessoais, no dizer de Wagner (2002, tradução nossa)³.

Neste âmbito, a personalidade enquanto o sistema de competências humanas, que possibilita ao sujeito adentrar nos processos de fala e de ação com outros sujeitos, é que lhe permite afirmar sua identidade (HABERMAS, 2012) perante o outro, sua alteridade. Deste modo, estas competências garantem que ele cresça e se desenvolva e possa participar da vida social e responder pelos seus atos perante ao público.

É no lugar, porém, que este encontro acontece, obrigatoriamente. As ruas, os bares, os restaurantes, as praças, as feiras livres, enfim os espaços públicos comunicativos, todos são tributários de uma interação tripla entre sujeito-cultura-espço, assim, concordamos com Berdoulay (2002, p. 55), para quem é impossível, hoje, se estudar de forma fragmentada o sujeito, a cultura e o espaço⁴.

Neste sentido, as personalidades humanas são constituídas no interior de grupos sociais solidários orgânicos ou organizacionais, isto é, no próprio seio da sociedade do qual fazem parte. Habermas (2012) define a sociedade como o sistema de ordens legítimas, que regulam a pertença humana a grupos sociais, garantido assim sua solidariedade. Desta forma, a sociedade se produz a partir de normas, permitindo a solidariedade humana que dela participa.

Melhor dizendo, o homem desenvolve em seu lugar cotidiano competências, que se refere à capacidade de realizar determinada ação, podendo esta ser realizada a partir da capacidade de falar, assim:

Os atos de fala não servem apenas para a representação (ou pressuposição) de estados e acontecimentos, quando o falante se refere a algo no mundo objetivo. Eles servem ao mesmo tempo para a produção (ou renovação) de relações interpessoais, quando o falante se refere a algo no mundo social

3 “Necesariamente la cultura, en su condición de reglas para una correcta acción, constituye el marco para la motivación e decisión personal”.

4 “Ya no es posible estudiar por separado el sujeto, la cultura y lo espacio”.

das interações legitimamente reguladas, bem como para a manifestação de vivências, isto é, para a auto-representação, quando o falante se refere a algo no mundo subjetivo a que tem um acesso privilegiado (HABERMAS, 2013, p. 167).

Diante disto, cabe-nos perguntar: *Em que medida as atividades econômicas, produtivas, dos feirantes de Pau dos Ferros, se relacionam com os elementos estruturais do mundo vivido, caracterizados pela cultura, personalidade e sociedade? Qual o papel do agir comunicativo no circuito inferior desta feira em especial? Feirantes e consumidores se orientam comumente pela busca do entendimento no interior da feira?* Cabe, assim, caracterizar o mundo vivido dos feirantes de Pau dos Ferros enquanto ligados à estas atividades do circuito de fluxos inferiores informais.

3. O mundo vivido dos feirantes de Pau dos Ferros e seu circuito de fluxos inferiores informais

A feira livre de Pau dos Ferros como já mencionado enquadra-se no circuito de fluxos inferiores informais. Neste, as variáveis referentes ao mundo da vida são claramente identificadas, pois trata-se de um espaço formado por uma diversidade de pessoas, sejam elas feirantes, lojistas ou consumidores, que desenvolvem na feira um mundo da vida próprio, cujo conteúdo é dado pela cultura, pela personalidade, pela sociedade, pela razão comunicativa, pela ação comunicativa e pela linguagem.

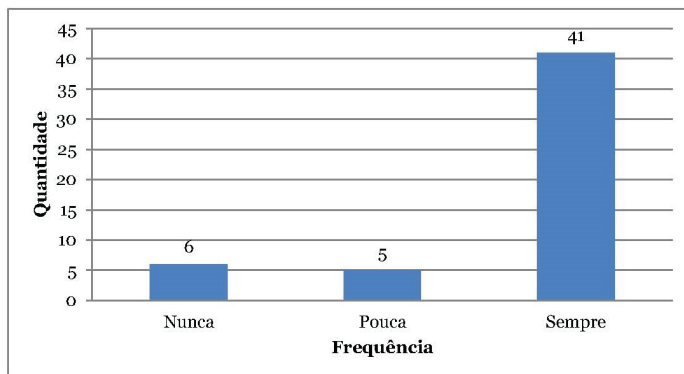
3.1. Linguagem, razão e ação nas atividades da feira livre de Pau dos Ferros

A linguagem como meio de comunicação tem importância significativa em todos os espaços da vida. Na feira livre de Pau dos Ferros, a linguagem, serve como um meio para a reprodução simbólica do grupo

social que a utiliza. Logo, os feirantes realizam por meio de seus atos da fala uma interação social com o seu outro, o consumidor, para assim, conseguir seu objetivo, a venda, garantido a reprodução de sua existência.

No dia a dia da feira de Pau dos Ferros, os consumidores costumam, porém, por intermédio dos seus atos de fala, pedir para que o seu outro, o feirante faça um desconto, venda da mercadoria por um preço abaixo do ofertado (*Gráfico 4*).

Gráfico 4 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: frequência com que os consumidores pechinham.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Assim, os feirantes para manter seu lucro e o cliente, se vê tendo que negociar e, conseqüentemente, garantir que ele voltará em outro momento a comprar em sua barraca. Ou seja, é através desta relação que Santos (2008b, p. 250) afirma que:

A pechincha, quer dizer, a discussão que se estabelece entre o comprador e o vendedor sobre o preço de uma mercadoria, é um dos aspectos mais característicos da formação dos preços no circuito inferior.

Discorrendo sobre a feira livre de Caicó, na região do Seridó potiguar, Moraes e Araújo (2008), também, revelam a presença da pechincha neste mercado periódico dominado pelo setor informal e terciário. Esta prática social é generalizada como uma marca histórica desta forma simbólica espacial, que é a feira livre, aparecendo assim, como um dado constitutivo de seu mundo vivido em todo o sertão nordestino.

De outro modo, elemento original e talvez o mais característico das feiras livres sertanejas do Nordeste brasileiro, a pechincha é antiga, como revela Cascudo (1968, p. 52) ao escrever sobre a necessidade de “*animar a Feira*”, pela presença de vendedores e de compradores que aguçam na mesma seus “*tinós*” e “*sabedoria matuta*”, estando inclusa aí o “*processo de barganha*”.

Desta forma, pode-se perceber que a ação comunicativa está presente na feira livre de Pau dos Ferros, tendo em vista os sujeitos se guiarem pelo uso da fala, na qual o feirante desenvolve uma interação social através de signos linguísticos, servindo de intermédio para a ação.

Esta, se realiza em contextos espaciais culturalmente variados, que permitem o desenvolvimento humano a partir dos processos de socialização mediados por eles e pelos grupos sociais particulares que os habitam.

3.2. A feira livre de Pau dos Ferros e seu conteúdo em cultura, personalidade e sociedade

Para Habermas (1990, p. 98) “O saber cultural está encarnado em formas simbólicas, em objetos de uso e tecnologias, em palavras e teorias, em livros e documentos, bem como ações”. A feira livre é uma atividade produtiva e, ao mesmo tempo, cultural, na qual podemos constatar diversos objetos simbólicos que expressam a forma como a população se relaciona com eles e com o seu espaço (**Foto 7**).

Foto 7 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: cereais típicos do sertão nordestino – feijão, milho e arroz – sendo comercializados no “chão da feira”.



Foto: Os autores, 2013.

Nota-se nela a forma como é comercializado os cereais: o arroz, feijão, o milho e a farinha continua sendo de maneira tradicional, sendo expostos aos consumidores em sacos e no chão da rua. Os cereais são objetos simbólicos tradicionais, que permanecem, até hoje, no comércio varejista, constituindo esta reserva de saber que, até os dias atuais, mantém-se na tradição cultural do sertanejo e, particularmente, do potiguar.

Assim sendo, a permanência de objetos pretéritos, verdadeiras “rugosidades” socioespaciais (SANTOS, 2008a), a exemplo das colheres de pau (**Foto 8**), utilizadas muito frequentemente como utensílio doméstico, na época, dos fogões à lenha e panelas de barro, comprovam que a feira livre apresenta, ainda que parcialmente, um mundo cultural vivido do passado, presente no espaço, na medida em que este presentifica o tempo passado.

Na feira livre de Pau dos Ferros os próprios feirantes mantem uma organização territorial, expressa na distribuição das mercadorias em

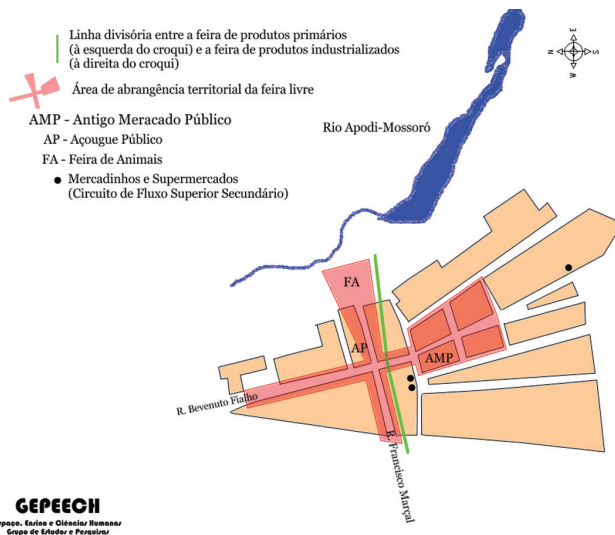
setores, tendo em vista que cada espaço é destinado para a venda de determinado conjunto de produtos (*Figura 1*).

Foto 8 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: colheres de pau, típica de um mundo vivido pretérito e que permanece presente no espaço atual



Foto: Os autores, 2013.

Figura 1 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: croqui de sua organização espacial



Elaboração: Rosalvo Nobre Carneiro, 2014.

Assim, uma área da feira é destinada para a comercialização de roupas, calçados e têxteis, em geral (**Foto 9**), em outra área localizam-se as barracas de frutas, de verduras, de temperos, de condimentos, de legumes, de castanhas de caju e demais produtos agrícolas (**Foto 10**).

Foto 9 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: espaço destinado à venda de produtos têxteis.



Foto: Os autores, 2013.

Foto 10 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: espaço destinado à venda de frutas e verduras.



Foto: Os autores, 2013.

Há outra área em que se dispõem barracas com produtos escolares, brinquedos, CDs e DVDs piratas e mercadorias industrializadas, em geral (*Foto 11*). Por fim, existe a área de comercialização de animais vivos (*Foto 12*), localizada por trás do açougue municipal, além de servir como estacionamento.

Foto 11 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: espaço destinado à venda de produtos industrializados em gerais



Foto: Os autores, 2013.

Foto 12 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: área de comercialização de animais vivos

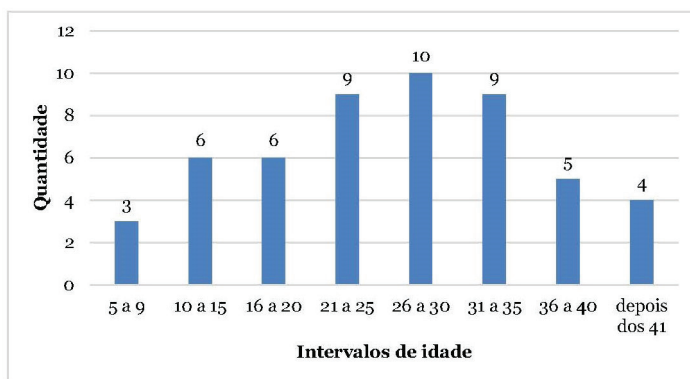


Foto: Os autores, 2014.

A personalidade dos feirantes revela-se, a partir do momento em que eles se envolvem em processos de entendimento, espacialmente situados, quando a fala e a ação norteiam este propósito. Logo, é através de sua personalidade que o feirante consegue pôr em prática sua competência para se envolver em ações instrumentais, como trabalhar, usando para tanto a linguagem de forma adequada a este trabalho. Conforme assevera Berdoulay (2012, p. 121) “Efetivamente, podemos afirmar que o sujeito se co-constrói com o lugar e as duas noções não são abordáveis independentemente”.

Neste contexto, a personalidade humana se desenvolve cedo, na feira. Assim, desde criança, haja vista que uma parcela dos feirantes foram influenciados por seus familiares a seguir a mesma profissão, assegurando, desta forma, a solidariedade do grupo e a própria reprodução do seu mundo social vivido. Se levarmos em consideração a idade com a qual os feirantes atuais em Pau dos Ferros iniciaram suas atividades (*Gráfico 5*), veremos que 15 deles foi iniciada antes dos 20 anos de idade, no intervalo entre 21 e 30, aparecem 19 pessoas e 18 após 31 anos de vida.

Gráfico 5 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: intervalos de idade com que os feirantes começaram a trabalhar na feira.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Apesar de sua reprodução simbólica está historicamente ligada à própria reprodução social familiar, com os filhos sendo iniciados no trabalho precocemente, nota-se que na atualidade na feira livre de Pau dos Ferros, a maioria dos feirantes começaram a trabalhar nela apenas depois de adulto. Considerando o motivo que os levaram a trabalhar nela, dos 52 entrevistados, 39 deles relataram ser por falta de emprego, ou seja, por necessidade de trabalho e não por influência familiar. Esta realidade parece ficar evidenciada na fala de uma feirante local que ao retornar de São Paulo para Pau dos Ferros, montou uma banca na feira, assim ao falar sobre o *significado* que a feira tem para ela, relata da seguinte forma:

Significa o meu pão de cada dia, o meu trabalho... meu sustento.

Já outro feirante, este de Marcelino Vieira, quando perguntado sobre este significado, ele expressou através de palavras semelhantes ao anterior, ao dizer:

A feira é adquirir o pão de cada dia e é o meu trabalho né!

Dessa forma, percebe-se que a significação simbólica está muito atrelada ao sentido do trabalho que eles executam, a suas biografias pessoais, quase sempre recheadas de vivências sofridas, cansativas, de muita labuta desde tenra idade. É, ainda, o feirante acima, que nos revela isso em sua fala:

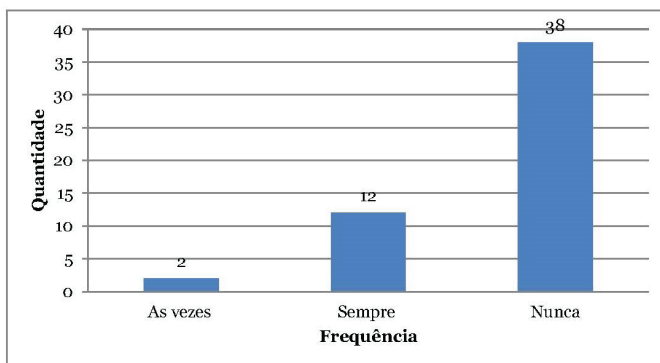
Eu comecei a trabalhar com 8 anos de idade. Em 1960 eu fui trabalhar no interior de Goiás... o tipo de serviço na época era era 8 mirréis... naquele tempo fala em mirréis aí meu pai disse ó só vou trabalhar pro senhor se eu levar o menino com o senhor... eu tinha 10 anos de idade, eu nasci em 1950... passamos 4 anos, depois viemos embora aí eu tô trabalhando até hoje.

Apesar desta realidade, notou-se que os feirantes, em geral, gostam do trabalho na feira e de sua profissão, identificam-se e criam afeto com a mesma, uma “topofilia” no dizer de Tuan (2012, p 161) para quem “O termo topofilia associa sentimento com lugar”, lugar de trabalho, lugar de vida, vida no mundo, no seu mundo compartilhado com o outro, mundo da vida.

Então, deve-se levar em consideração, também, que “o emprego familiar é frequente nas pequenas empresas do circuito inferior. Ele permite que se aumente a produção, sem que haja necessidade de mobilizar mais capital de giro” (SANTOS, 2008b, p. 219). Por outro lado, como lembrado por Berdoulay (2012, p. 120) “Exposto a certos valores e práticas desde sua infância, bem como em sua vida cotidiana, o indivíduo absorve certos referenciais de comportamento”.

Ligado a isso, a postura dos feirantes em não trazer seus filhos para a feira (**Gráfico 6**), revela que a mesma tem, cada vez mais, sua reprodução simbólica ligada a uma questão sistêmica, isto é, à procura de emprego ou ao avanço da informalidade da economia espacial.

Gráfico 6 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: frequência com que os feirantes levam seus filhos para lhes ajudar



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Assim, a feira livre de Pau dos Ferros constitui-se, como um lugar simbólico e cultural do passado que, até os dias atuais permanece com relevância social e que a partir dos comportamentos dos sujeitos que criam suas próprias normas sociais, contribuindo assim, para a formação das personalidades inseridas na mesma, na qual cada sujeito desde os seus primeiros anos de vida, desenvolve um modo de agir, uma competência na realização de determinada atividade.

4. Considerações finais

A globalização está presente na realidade dos indivíduos que, neste planeta, habitam. Ela é caracterizada como um processo que dissolve identidades, culturas, personalidades, modos de ser, de agir, de pensar, sobretudo muda o cotidiano dos sujeitos. Dessa forma, transforma a cultura em mercadoria, mercantilizando-a através do capitalismo, do consumismo.

Mesmo com toda essa problemática da globalização, existem povos, grupos, que não aderem a este novo modo de vida, a estes novos modos de produção, seja material ou imaterial. Dessa forma, as feiras livres do sertão nordestino, em particular, comprovam esta ideia.

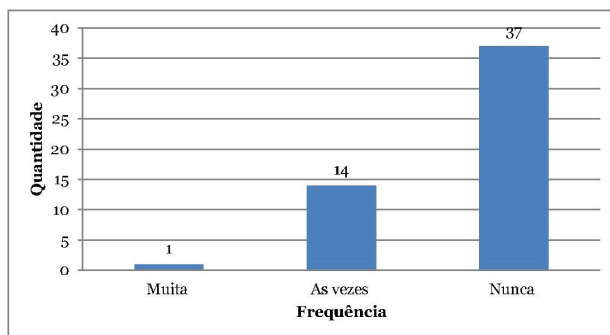
Deste modo, a feira livre representa um patrimônio do campo e da cidade, marca territorial de sua origem e do lugar. Presença constante na memória dos sujeitos, que nela cresceram, frequentaram e viveram. Como salienta Berdoulay (2012, p. 123) “É o uso seletivo da memória que redefine o que é patrimônio dentro do que o passado deixou como testemunha de outros tempos”.

Urge, assim, questionar: *Não seria fundamental, aqui, ao poder público assumir a feira livre de Pau dos Ferros, como legítima representação do seu patrimônio material e imaterial?*

Destarte, as feiras livres representam, hoje, uma tradição cultural rural e urbana que tem como espaço de reprodução a rua, a tradição do campo no urbano que luta para se reproduzir, noutros termos, existir. Observa-se nelas, especificamente na de Pau dos Ferros, um espaço cujos indivíduos afirmam-se culturalmente, que produzem suas personalidades, através do uso de signos, enfatizados nas ações comunicativas de seus habitantes, como principal meio do feirante para a venda de seu produto, expressa na fala, usando a linguagem para promover a interação com o seu outro, o consumidor existente.

Neste sentido, lugar de realização da vida, a feira livre de Pau dos Ferros permite que diferentes grupos sociais exerçam seus trabalhos e, através destes, se assume enquanto pertencentes a um mundo vivido partilhado coletivamente, como também demonstram suas personalidades. Logo, percebe-se que os feirantes mantêm relações afetivas uns com os outros, exaltando a razão e a ação comunicativa, cujos sujeitos procuram se entender, evitando assim, conflitos, mantendo a harmonia entre os mesmos (*Gráfico 7*).

Gráfico 7 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: frequência com que há conflitos entre feirantes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Tendo em vista os aspectos observados e mencionados dentro do espaço público da feira livre, podemos evidenciar que a cultura no âmbito do circuito inferior informal, destaca-se em seus acervos interpretativos que a caracteriza, a personalidade se constrói dentro deste circuito, no qual se percebe que os feirantes dentro do seu cotidiano se afirmam, enquanto agentes formadores do lugar, através de suas ações com o uso da linguagem, da ação e da razão comunicativa, elementos estes que prevalecem sobre os elementos do sistema, no circuito de fluxos inferiores informais.

5. Referências

BERDOULAY, V. Sujeto y acción en la Geografía cultural: el cambio sin concluir. **Boletín de la A. G. E.**, N. 34, p. 51-61, 2002. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=660032>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

_____. Espaço e cultura. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 101-132.

CARNEIRO, R. N. **As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir do Nordeste brasileiro**. 2011. 100 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Recife, 2011.

CASCUDO, L. da C. **Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

_____. **Consciência moral do agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

_____. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da ação funcionalista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Volume 2.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 5 ed., 1999.

MORAIS, I. R. D.; ARAÚJO, M. A. A. de. Territorialidades e sociabilidades na feira livre da cidade de Caicó (RN). **Caminhos da Geografia**, 23 (17), p. 244-259, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15406>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Metamorfose do espaço habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

TUAN, Y-F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina, Eduel, 2012.

WAGNER, P. L. Cultura y Geografía: un ensayo reflexivo. **Boletín de la A. G. E.**, n. 34, p. 41-50, 2002. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?Codigo=660031>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

CAPÍTULO V

OS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO DA FEIRA LIVRE DE PAU DOS FERROS-RN

*José Fontes Batista
Rosalvo Nobre Carneiro*

1. Introdução

Na década de 1980, o geógrafo Manoel Correia de Andrade (1987, p. 136), em seu livro: *Geografia econômica do Nordeste*, dizia: “Interessante seria realizarem-se estudos em várias feiras, para mensurar a importância e estabelecer a área de influência de cada uma delas”. Pensava assim, por contrapor as feiras que se realizavam no litoral oriental dominado pela monocultura da cana de açúcar com aquelas de regiões de policulturas do agreste nordestino, bem mais dinâmicas.

Aceitamos, aqui, o desafio, mais de três décadas depois, de realizarmos este estudo para a feira livre de Pau dos Ferros, localizado no sertão potiguar, tendo por base os seus circuitos espaciais da produção, ou a área de ação das atividades humanas, em que fluxos materiais de toda ordem se congregam para estabelecer seus limites.

Assim, a feira livre de Pau dos Ferros se estende por diversas ruas e calçadas do seu centro comercial, localizada, portanto, em um espaço público. De acordo com Holanda (2001) por volta dos anos 20 a 50, era realizada apenas na quadra do mercado público, na travessa Teófilo Rêgo, Adolfo Fernandes e no trecho da Rua Pedro Velho, que vai até a Rua 7 de Setembro.

No caso da feira de produtos industrializados, ela é permanente, pois é realizada todos os dias da semana e no caso da feira de frutas e de legumes, a mesma é temporária, já que é realizada apenas no sábado, sendo este, o dia, de maior fluxos de consumidores, em que os feirantes de produtos primários armam suas barracas para comercializar os mais variados produtos.

Andrade (1987, p. 138), analisando o comércio no sertão nordestino na década de 1980, descreve a feira livre da seguinte forma:

Ao lado de pequenos e médios estabelecimentos comerciais, aparecem as feiras como o ponto de encontro entre o meio rural

com o urbano; essas feiras se realizam em determinado dia da semana, quase sempre aos sábados e domingos, e nelas os comerciantes da cidade oferecem produtos industrializados ou artesanais [...] ao mesmo tempo em que agricultores e criadores vendem os produtos de que dispõem – animais vivos, carne, cereais, rapadura, frutas, ervas medicinais, couros e peles etc.

Além disso, a feira livre é, também, ponto de encontro, sobretudo, hoje, entre urbanos, isto é, entre populações que se deslocam da própria cidade ou cidades diversas, do mesmo estado ou de estados diferentes.

Neste sentido, as relações socioespaciais, atualmente, não são apenas local-local, mas multiescalares. Por isso, lembra-nos Santos e Silveira (2004, p. 144) que:

Uma área de agricultura moderna pode não ter relações mais significativas com a cidade próxima e esta pode não se relacionar com sua vizinha imediata, enquanto mantém contatos intensos com outras muito distantes, às vezes estrangeiro. Daí a necessidade de substituir a noção de circuitos regionais de produção pela de circuitos espaciais da produção”.

Cabe assim, discorrer sobre o sentido deste circuito hodiernamente, num período em que os contatos comerciais e humanos são facilitados pelos meios de transporte e pelos meios de informação e de comunicação.

2. Circuito espacial da produção ou área de ação dos circuitos de fluxos sociais

Assemelhamos, aqui, a ideia de circuito espacial da produção à área de ação humana ligada aos circuitos de fluxos sociais dos quais fazem parte. Assim, as atividades humanas ligadas aos circuitos inferiores se dão numa escala que não coincidem com as dos circuitos superiores, muito embora coexistam, complementem-se e interdependam espacialmente.

Os circuitos espaciais da produção, segundo Barrios (1978 apud SANTOS, 1986), são estruturados por uma atividade produtiva

central e corresponde a um conjunto de etapas ligadas aos processos de transformação de seu produto principal, até o destino final, o consumo. Santos (1986) criticou esta proposta por não fazer referência ao que chamou de “atividades de intermediação”, o terciário, inclusive, o “banal” ou “primitivo”.

Um estudo recente realizado por Castillo e Frederico (2010, p. 462, grifos dos autores), em que os mesmos refletem sobre o conceito, afirmam que:

A noção de *circuito espacial produtivo* enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (*circuito*) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (*espacial*) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante (*produtivo*).

A afirmação de Santos (2012, p. 55) de que em função da lógica global “Já não podemos falar de circuitos regionais da produção”, mas sim de circuitos espaciais da produção é revista por Carneiro (2006), tendo a unidade econômica central – as fábricas de redes de dormir de São Bento, PB – como ponto de partida e sua relação com a aquisição de matérias-primas, crédito e insumos à montante e suas relações à jusante com o consumidor final, passando pela distribuição e circulação. Para tanto, utiliza o termo circuito espacial da produção, mantendo diferentes níveis escalares para o mesmo, desde o local ao internacional, conforme o vínculo da atividade ao circuito inferior ou superior e sua força de atuação geográfica, inclusive a escala regional.

A questão central é: *Em que lugar começa e termina as relações espaciais promovidas por uma atividade produtiva espacialmente situada?* Assim, se é verdade com Santos (2012, p. 55) que “Hoje, uma cidade pode não manter intercâmbio importante com sua vizinha imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes, mesmo fora do seu país”. Também, é verdade que, ainda persistem muitos casos em que algumas atividades para existirem, só possa fazê-lo mantendo relações

econômicas e interações sociais, limitadas a sua própria cidade, ou com cidades vizinhas, ou mesmo presas a uma região¹.

Neste âmbito, os circuitos espaciais da produção, afirma Santos (1986, p. 130, grifo do autor):

[...] nos dão a *situação relativa* dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração de espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país.

Assim: *Qual o papel de cada cidade ou cada subespaço, hoje, na escala regional, nacional e internacional?* O circuito espacial da produção permite, então, entrever a força geográfica de uma atividade humana conforme sua situação no conjunto dos circuitos espaciais da produção semelhante, como os das férias livres, por exemplo. Um estudo sobre a importância das feiras livres no Nordeste, hoje, deveria, então, levar em consideração a sua escala de ação.

Neste sentido, os circuitos espaciais da produção são complementados por “círculos espaciais da produção” de acordo com Santos e Silveira (2004), isto é, por fluxos não apenas de ordem material, mas também imaterial, que permitem compreender a hierarquia dos lugares, desde a escala regional a mundial. Esta ideia norteou Carneiro (2006, 2011) a empregar a expressão “fluxos socioespaciais” para incluir, nela, tanto os materiais como os imateriais.

Por fim, admitimos que a compreensão dos circuitos espaciais da produção passa necessariamente, conforme Santos (2008), pelo tratamento uno e total do mesmo, isto é, pela consideração do “espaço de produção”, “espaço de circulação”, “espaço de distribuição” e “espaço de consumo”.

Por outro lado, “Circuitos de distribuição e do consumo

¹ Ver a este respeito a dissertação e tese de Carneiro (2006 e 2011), sobre a indústria têxtil de São Bento e do Nordeste brasileiro.

desenham-se no território para garantir que as produções agrícolas e industriais estejam presentes num território unificado pelo mercado” (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 148). Assim, no caso das feiras livres, os atravessadores continuam a ter um papel relevante no fornecimento de produtos primários para a mesma, além dos fornecidos pela CEASA, em cada estado.

Consoante Carneiro (2011, p. 26-27):

[...] os circuitos de fluxos sociais se diferenciam pelos circuitos espaciais da produção em que atuam, isto é, p área em que se realizam seus processos de produção material e simbólica.

Nesta perspectiva, Castillo e Frederico (2010, p. 463) afirmam que:

Os conceitos de circuito espacial da produção e de circuitos da economia urbana podem ser trabalhados de maneira complementar, uma vez que tanto o circuito inferior quanto o superior fazem parte de circuitos espaciais produtivos de tamanho e características técnicas e organizacionais distintas.

Daí Carneiro (2006, 2011) vir defendendo o uso da noção de circuitos de fluxos socioespaciais preferencialmente a circuitos da economia urbana, mas também movido pela crítica à teoria miltoniana presente no seu livro “*O espaço dividido...*” centrada nos elementos e características do mundo do sistema econômico e político, como definidoras dos circuitos inferiores e superiores.

A partir destas discussões, cabe-nos analisar em qual circuito espacial da produção a feira livre de Pau dos Ferros pode ser enquadrada e como nele atua os feirantes.

3. Os circuitos espaciais da produção da feira livre de Pau dos Ferros

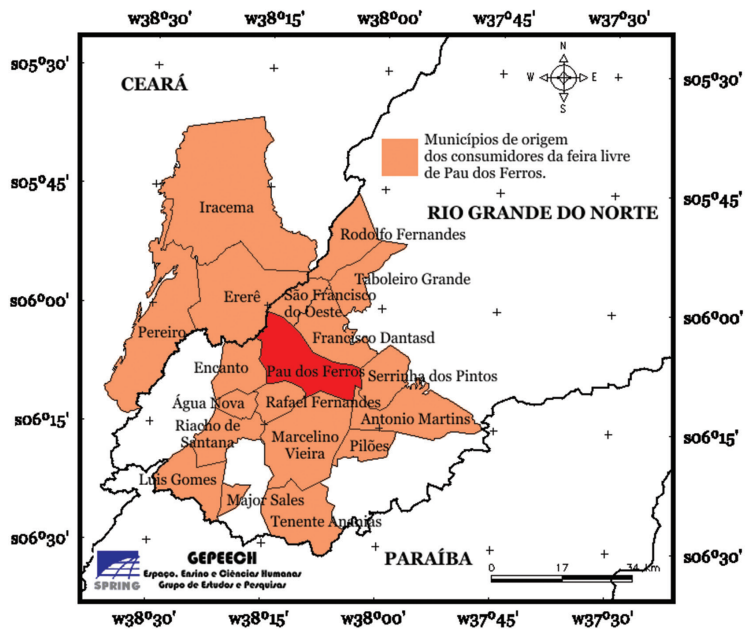
A feira desempenha um papel fundamental para a população local e, também, para aquela advinda de municípios vizinhos por abastecer uma boa parcela da mesma com os produtos mais diversos, sobretudo, agropecuários. Pau dos Ferros tornou-se um centro comercial bastante procurado no que diz respeito às atividades comerciais, em função do desenvolvimento alcançado pelo seu setor terciário, nas duas últimas décadas, desempenhando a feira um papel fundamental no abastecimento popular ligado pelo consumo ao circuito de fluxos inferiores.

Assim, o circuito espacial da produção da feira livre de Pau dos Ferros se estende por quase todo o Alto Oeste Potiguar, embora devamos registrar a presença mais intensa das populações daqueles municípios mais próximos e, que não possuem feiras livres (*Mapa 3*).

Este circuito espacial da produção regional da feira livre de Pau dos Ferros, comandado por esta cidade polo, tem uma relação direta, também, com a própria integração territorial propiciada pela rede de estradas, sobretudo a partir do final da década de 1990 e início da década de 2000, a exemplo da BR-405, que partindo de Mossoró liga-se à Paraíba.

Assim, cabe destacar com Cardoso (2002, p. 105) que “O comércio varejista, apesar da ocorrência em todos os municípios, é sem expressão em relação ao Estado”, todavia, a abertura desta rodovia, permitindo os contatos, reduzindo as distâncias favoreceu que a feira livre de Pau dos Ferros servisse como ponto de encontro da população regional, pela maior diversidade de seus produtos e dimensões da própria feira.

Mapa 3 – Circuito espacial da produção regional da feira livre de Pau dos Ferros-RN: municípios de origem dos consumidores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Mesmo com a abertura de médias e de grandes empresas de comércio ligadas ao seu circuito de fluxos superiores secundários das cidades, que comercializam produtos agrícolas é relevante perceber a importância que as feiras continuam desempenhando para as diversas cidades, especialmente em Pau dos Ferros. Dessa forma, elas resistem às mudanças de valores, de hábitos e de costumes estabelecidas pelas verticalidades sistêmicas do capital e às normatizações estatais, inclusive, negando-se à abandonar à rua como *lôcus* de sua existência.

Neste sentido, os seus produtos tradicionais, artesanais e agropecuários, não deixam de atender às necessidades de seus usuários mais antigos, ao passo que os produtos contemporâneos, industrializados, possibilitam à atração de novos frequentadores.

Apesar de seu público central ser a classe de baixa renda, os pobres, há, no entanto, com muita frequência sua utilização por parte da população, que se liga pelo consumo ao circuito de fluxos superiores secundários e mesmo daquela ligada ao circuito superior não-hegemônico. A feira livre de Pau dos Ferros, em especial, é frequentada por todos os tipos de pessoas, das mais diversas classes sociais.

Por outro lado, este circuito espacial da feira de Pau dos Ferros é contrabalançado pela concorrência da feira de São Miguel, absorvendo, inclusive, feirantes daquela cidade e, particularmente, os consumidores do Ceará. A feira de São Miguel “[...] se constitui num importante espaço de comercialização dos produtos locais e regionais e que tem crescido em número de feirantes e na diversificação dos produtos comercializados” (IICA, 2006, p. 77).

Como salientado por Carvalho (2010, p. 217) sobre o que ela chamou de “terciário permanente” (comércio formal) e o “terciário temporário” (a feira) de São Miguel:

São Miguel ao longo do tempo apresentou um desenvolvimento desigual do terciário permanente em relação aos municípios vizinhos, o que propiciou também o crescimento do terciário temporário e em consequência começou a atrair feirantes [...] e consumidores [...] de outros municípios.

A feira de Pau dos Ferros possibilita o encontro do comércio de médio e de pequeno porte formal, isto é, do circuito de fluxos superiores secundários e do circuito de fluxos inferiores formais com a feira e logo, com o circuito de fluxos inferiores informais (**Foto 13**).

Foto 13 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: circuito superior secundário, representado pelo supermercado (segundo plano).



Foto: Os autores, 2013.

Vale salientar que a renda adquirida por esses feirantes circula localmente, sendo adquirido no circuito inferior informal e sendo carreado em parte pelo circuito superior secundário, sobretudo nas empresas fornecedoras das mercadorias e, no circuito superior não-hegemônico, no caso específico das instituições bancárias locais.

Logo, este fato remete aos fluxos sistêmicos de mercadorias que acontecem na feira e, a partir dela, que contribuem para o seu dinamismo espacial.

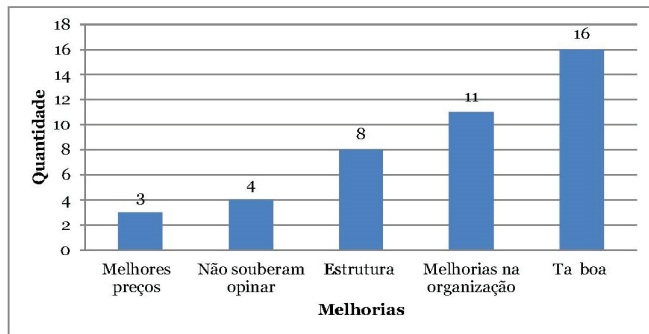
3.1 Fluxos sistêmicos de mercadorias e dinâmica espacial da feira livre de Pau dos Ferros

As políticas públicas têm um grande papel social no que tange ao seu apoio aos incentivos fiscais e estruturais de forma a darem condições de trabalhos dignas para os trabalhadores. Cabe, assim, ao governo municipal, o dever de criar condições para que haja um crescimento e adequação das instalações da feira livre de Pau dos Ferros.

Por outro lado, segundo a opinião dos mesmos e dos consumidores, a organização espacial, ligada à localização e o distanciamento das

barracas, além da estrutura física, especialmente, a falta de banheiros públicos e de qualidade e limpeza do ambiente estão entre as melhores benfeitorias, que se necessitariam resolver (*Gráfico 8*).

Gráfico 8 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: melhorias que precisam ser feitas, segundo os consumidores e os feirantes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Para 16 dos entrevistados, no entanto, as condições de trabalho na feira livre estão boas da forma que se encontra, devendo, neste caso, está ligada ao caráter transitório e rápido de frequência da feira, bem como a condição de como cada pessoa se vê em suas relações com o outro e no espaço, de mero passante, observador ou sujeito de si e do mundo.

Assim, as condições higiênicas das carnes (*Foto 14*) e pescados na feira livre de Pau dos Ferros, Sousa et. al. (2012, s. p.), demonstram em números, que para os 10 feirantes entrevistados:

A feira apresenta limpeza considerada regular, e cerca de 70% dos vendedores consideram o local onde funciona a feira livre como sendo adequado para comercialização de seus produtos.

Foto 14 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: comercialização de carnes no interior do Açougue Público Municipal.



Foto: Os autores, 2014.

A economia de Pau dos Ferros gira em torno da prestação de serviços e do comércio os quais juntos contribuem para tornar o seu PIB o maior do Alto Oeste Potiguar. Entre os mais procurados tipos de serviços destacam-se a educação pública, especialmente, a UERN, IFRN e UFERSA, além dos serviços bancários ligados ao circuito de fluxos superiores não-hegemônicos como: Banco do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica e Banco do Nordeste do Brasil. De alguma forma, a população que busca estes serviços acaba frequentando a feira livre e contribuindo para sua manutenção socioeconômica, cultural e espacial.

O comércio, por outro lado, tem grande destaque na economia regional, com a presença de empresas do circuito de fluxos superiores hegemônicos – Motoeste (Honda), Recorel Motos (Yamanha) – e, sobretudo, do circuito de fluxos superiores secundários como as Lojas: Atacadão Vieira, Armazém Paraíba Moveis, Lojas Maré Mansa, Armazém Paraíba Calçados, Paraíba Calçados, Rede de Supermercados Queiroz e outras de nível nacional e regional.

A agricultura e a pecuária, as quais, originalmente, contribuíram para o surgimento de Pau dos Ferros, eram responsáveis, ainda, na metade do século XX, pela organização da vida local e regional. Hoje, esses seguimentos declinam por falta de políticas públicas fazendo com que a feira livre de Pau dos Ferros, erguida sob o comando do campo local e regional, através de uma relação direta cidade-campo local passe cada vez mais a ter sua existência atrelada a interações espaciais mais vastas, interurbanas, pela necessidade de importação de suas mercadorias, especialmente de frutas, de leguminosas e de verduras.

Assim sendo, o perímetro irrigado de Pau dos Ferros, hoje decadente, poderia contribuir para a redução desta dependência externa, se a atuação do Estado tivesse sido efetiva no tocante às políticas públicas no campo. Como lembra Santos (1994, p. 198):

O projeto Pau-dos-Ferros procurava promover o aproveitamento hidroagrícola do açude de Pau-dos-Ferros, visando ainda o emprego de modernas técnicas adequadas à integração do homem em comunidades produtivas

Desta forma, uma pequena parte dos produtos que são comercializados na feira livre de Pau dos Ferros é de produção própria, isto é, dos feirantes, a maior parte, no entanto, sendo produtos adquiridos aos vários representantes ou atravessadores.

As mercadorias do tipo: verduras, legumes e frutas comercializadas na feira livre de Pau dos Ferros são da produção de outros estados, 20 feirantes disseram adquirir na Bahia, 08 deles no Ceará e apenas 04 no próprio Rio Grande do Norte. Assim, os vendedores se reúnem para que possam comprar uma quantidade maior de carga, possibilitando assim, que a entrega seja feita pela empresa contratada, pois o feirante isolado não teria condições de comprá-lo. Aliás esta é uma outra questão ligada à noção de circuito espacial da produção, isto é, “Haveria pedaços de território cuja única função seja a de assegurar a circulação?”, indaga Santos (2008, p. 82), afirmando, em seguida, a existência de “espaços de circulação”.

Por outro lado, as mercadorias do tipo: roupas, calçados, brinquedos entre outros, chegam ao comércio local por meio de representantes, ou então, dos próprios feirantes que se reúnem fretando uma condução, indo eles mesmos realizarem suas compras nos centros comerciais têxteis como: Fortaleza, São Paulo, Pernambuco e outros.

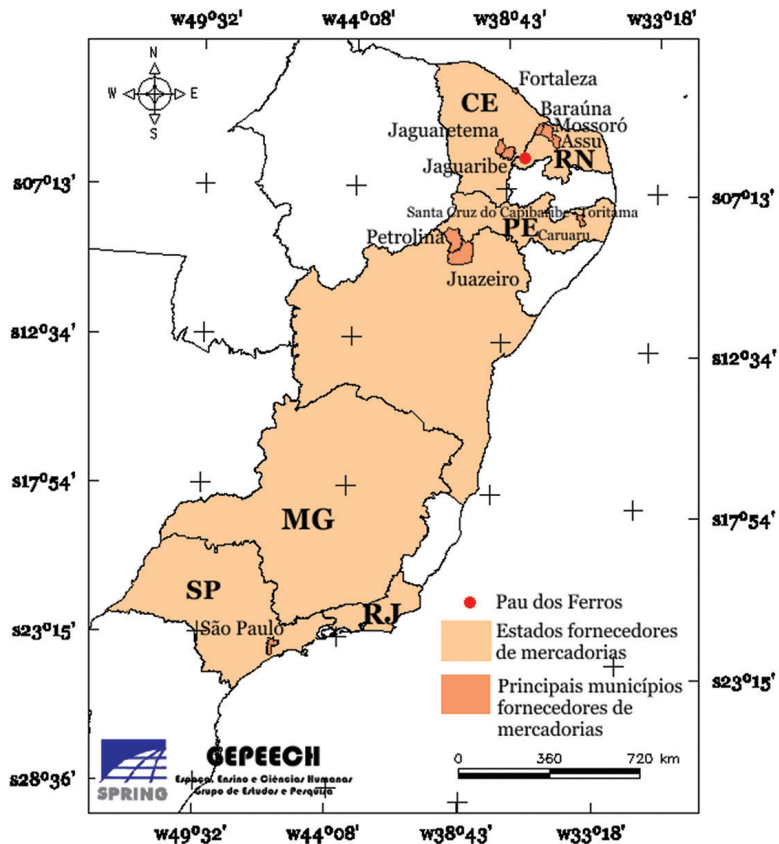
A junção destas áreas de fluxos econômicos entre os feirantes e as empresas à montante, fornecedoras de mercadorias nos dá o seu circuito espacial da produção nacional, dominado por relações socioeconômicas, em que se sobressaem interações espaciais com municípios de Pernambuco, especialmente Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe – têxteis – Petrolina – produtos agrícolas - São Paulo – produtos variados industrializados – Bahia – Juazeiro com produtos agrícolas – e o próprio Rio Grande do Norte, Assu e Baraúna, sobretudo, com a fruticultura (*Mapa 4*).

No Rio Grande do Norte, Carvalho (2002, p. 49) demonstra que na década de 1990, o melão, a manga, a castanha de caju, a banana e a melancia compunham os principais produtos exportadores do seu polo fruticultor. Mais recentemente, Dantas Silva e Marinho ([2012]), demonstraram sobre as exportações do estado para o ano de 2011, que as:

Frutas tropicais foram os principais itens, com melões e castanhas de caju correspondendo a 35,84% do total. Somadas a bananas, mangas e melancias o percentual de frutas tropicais chega a 46,66% das exportações potiguares [...].

Assim sendo, todos estes produtos são encontrados, atualmente, na feira livre de Pau dos Ferros, cuja origem estadual é, em geral, Mossoró, principal exportador, ou Baraúna.

Mapa 4 – Circuito espacial da produção nacional da feira livre de Pau dos Ferros-RN: municípios de origem das mercadorias.



Elaboração: Rosalvo Nobre Carneiro, 2014.

Como estratégia de sobrevivência, os feirantes que possuem veículos, geralmente, se deslocam para as demais feiras livres da região, que acontecem em dias alternados. Neste caso, muitas vezes o próprio meio de transporte é a barraca ou o local de trabalho (**Foto 15**).

Foto 15 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: uso de veículo como do próprio feirante como local de venda.



Foto: Os autores, 2013.

Percebe-se que apesar da introdução de comércios permanentes de médio e grande porte, que os consumidores dão importância e credibilidade aos produtos vendidos na feira livre, pois na opinião dos próprios clientes, alguns produtos vendidos, na feira livre são melhores dos que encontramos naqueles.

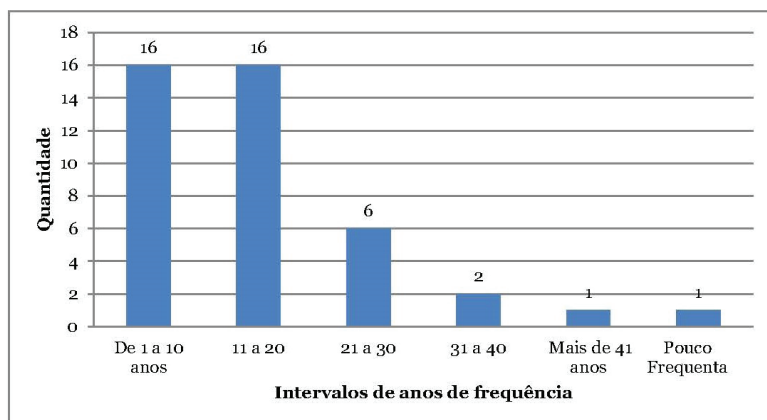
Assim, a feira livre é um ambiente cujo comerciantes e consumidores mantêm contato, podendo assim, criar relações no qual os fluxos de pessoas contribuem para entendermos a sua dinâmica espacial.

3.2 Fluxos de pessoas e dinâmica do mundo vivido na feira livre de Pau dos Ferros

Os dados sobre os fluxos diários e semanais, em dias de sábado, especialmente, de outras cidades e de suas zonas rurais para Pau dos Ferros na busca de produtos vendidos na feira revelam que, boa parte

das pessoas que frequenta a feira livre local o fazem, já há bastante tempo (**Gráfico 9**), permitindo deste modo, além dos fluxos materiais sistêmicos, econômicos, que os fluxos imateriais, humanos, culturais garantem a reprodução simbólica da mesma no interior do seu circuito espacial da produção regional.

Gráfico 9 – Feira livre de Pau dos Ferros-RN: intervalos de tempo no qual os consumidores frequentam a feira



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Em geral, a compra na feira livre cria laços, vínculos entre o feirante e o consumidor; diferentemente do que ocorre nas atividades impessoais do circuito de fluxos superiores. A linguagem que as pessoas utilizam é a mais simples e de fácil entendimento sendo esta compartilhada oralmente pelos frequentadores do mundo vivido da feira.

A dinâmica espacial da feira livre de Pau dos Ferros acompanha as transformações culturais vivenciadas na região do Alto Oeste Potiguar, bem como o avanço da globalização, já que esta contribui para que as pessoas não somente se desloquem de suas cidades e de seus campos em busca de mercadorias e serviços diversos, mas apareça, também, como uma condição da própria existência desta sociedade e de seu modo de

vida, através do encontro intersubjetivo, onde lhes permite dialogarem, a ponto de colocarem as “conversas em dia”.

4. Considerações finais

Em Pau dos Ferros, o circuito de fluxos inferiores informais da feira livre tem uma importância econômica, social, cultural e espacial significativa no Rio Grande do Norte, pois o seus fluxos sistêmicos de mercadorias e a sua dinâmica populacional se rebatem no espacial, de onde veem as mesmas e para onde afluem seus produtos por intermédio do consumo regional.

Assim, a feira livre local é um mundo onde cada feirante tem uma maneira particular de viver e de lutar por sua sobrevivência, em um local que mesmo não tendo ou oferecendo grandes oportunidades, que lhes assegurem uma vida melhor, como todos almejam, mesmo assim, sentem-se bem trabalhando nela, pois gostam do que fazem, como ficou evidenciado na fala deles próprios.

Fora isso, há relações simbólicas de afeto e de identificação com o lugar, pois como destacam Carneiro e Santos (2012, p. 284), em estudo sobre a feira de São Bento, na Paraíba, “A identidade territorial se dá, portanto, pelo simbolismo, pela capacidade humana de dotar os objetos e suas atividades produtivas, instaladas nos lugares de significado”.

Deste modo, percebe-se que a feira livre de Pau dos Ferros, estando inserida no circuito de fluxos inferiores informais, tem um grande valor cultural e econômico, pois se mantém presente no espaço diante das transformações, que o mundo vem passando. Com seu desenvolvimento, a mesma divulga a cidade e amplia, cada vez mais, sua espacialidade, envolvendo cada vez mais a população.

5. Referências

ANDRADE, M. C. de. **Geografia econômica do Nordeste**: O espaço e a economia nordestina. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

CARDOSO, O. L. **Expansão do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: O Autor, 2002.

CARNEIRO, R. N. **Produção do espaço e circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento–PB**: do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

_____. **As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir do Nordeste brasileiro**. 2011. 100 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

_____; SANTOS, J. E. dos. Ética e identidade territorial na feira da pedra de São Bento (PB). In: SÁ, A. J. de; FARIAS, P. S. C. (Orgs.). **Ética, identidade territorial e território**. Recife: CCS Editora, 2012. p. 279-306.

CARVALHO, R. da S. **A produção do espaço regional de São Miguel/RN e o setor terciário**. In: UERN. Trabalhos de conclusão de curso de Geografia. Pau dos Ferros: Curso de Geografia, 2010. p. 204-221. Volume II.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial da produção. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (3), p. 461-474, dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedade_natureza/article/view/11336>. Acesso em 04 fev. 2014.

DANTAS SILVA, A. P.; MARINHO, I. de A. B. **Comércio exterior do Rio Grande do Norte**: Considerações sobre Exportações e Importações Potiguares-2005/2011.

Natal: SEBRAE, [2012]. Disponível em: <http://www.portal.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/central_investidor/arquivos/pdf/_analise.pdf> Acesso em: 02 fev. 2014.

HOLANDA, J. E. **Pau Dos Ferros**: Crônicas, Fatos e Pessoas. Volume, II. Natal, 2011.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste**: Diagnóstico. Natal: IICA, 2006. v.2, 268p.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A. de; _____. (Orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

_____. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA, C. O. et. al. Perfil da qualidade higiênico – sanitária de carnes comercializadas em feiras livres do Município de Pau dos Ferros/RN-Brasil. In: VII CONNEPI, Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação, Palmas, Tocantis. **Anais...** Palmas, 19 a 21 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/1674/2866>>. Acesso em: 31/01/2014.

CAPÍTULO VI

ESPAÇO PÚBLICO E AÇÕES COMUNICATIVAS NA FEIRA LIVRE DE PAU DOS FERROS-RN

*Ana Cristina Carvalho de Araújo
Rosalvo Nobre Carneiro*

1. Introdução

Com o crescimento das cidades brasileiras impulsionado por uma economia de base capitalista, as ruas começam a despertar olhares de parcelas consideráveis da população rural e urbana, particularmente, os desempregados, trabalhadores por conta própria, informais, muitas delas ilegais.

Assim sendo, indagamos: *Que relações há entre espaço público e o agir comunicativo? A feira livre enquanto funcionando num espaço público é marcada pelo uso humano do agir comunicativo ou pelo agir instrumental? Público e privado se misturam em que grau na feira livre de Pau dos Ferros-RN? Sendo as ações comunicativas mais presentes nas atividades do circuito de fluxos inferiores informais, pode-se dizer para a feira livre de Pau dos Ferros, que se trata de um espaço público comunicativo?*

Neste sentido, a feira livre é um lugar privilegiado dentro das cidades na contemporaneidade, defendemos, para a realização das ações comunicativas, em que pese o entrelaçamento entre as esferas pública e privada, especialmente, por ser um espaço produzido intersubjetivamente. Neste sentido, o público está associado a uma ordem interacional localmente produzida. Assim, “A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e, como territórios, regidos pela interação” (SANTOS, 2005, p. 170).

Na primeira parte, fazemos breves discussões sobre espaço público e privado, sobretudo, no sentido da comunicação, isto é, do espaço público comunicativo. Em seguida, traçamos algumas relações na feira de Pau dos Ferros entre o agir comunicacional e sua relação com a ação instrumental. Por fim, destacamos alguns processos de reprodução simbólica no espaço público da feira livre de Pau dos Ferros, impregnadas na vida dos feirantes e da população, que a partir da sua frequência ou de seu uso, apropria-se dela.

2. Sobre espaço público e ação comunicativa

Os lugares se diferenciam não apenas por suas densidades populacionais, culturais, produtivas, técnicas, informacionais, mas também e sobretudo por suas “*densidades comunicacionais*”, por relações cara a cara, assim, no dizer de Santos (2005, p. 161) “As relações informacionais são verticais; as relações comunicacionais são horizontais”. *Não seria esta a densidade própria do espaço público, a que nos referimos, aqui, como comunicacional?* Daí a ideia de Carneiro (2007, 2009, 2010) de um espaço público comunicativo.

Definir como público aquele espaço estabelecido juridicamente é inverter a ordem real de análise da questão, ou seja, deve-se reconhecer no espaço, sua publicidade anteriormente à lei (GOMES, 2012). Assim, o agir comunicativo é um tipo de ação humana e social, que não necessita, obrigatoriamente, da existência de uma forma espacial pública jurídica para acontecer, ele pode, na verdade, se realizar em diferentes formas espaciais tidas juridicamente como privadas.

Assim sendo, “O espaço público é um lugar onde se efetua uma participação ativa sujeita a normas e instituições” (GOMES, 2012, p. 25). Neste particular, cabe esclarecer que estas normas, como defendida anteriormente, é produzida localmente, de forma intersubjetiva, nos processos de interação, que se emanam da estrutura social e cultural, definindo os grupos envolvidos nas discussões abertas.

Corroborando esta afirmação Serpa (2012, p. 27) diz:

Como espaço físico, o espaço público pode ser a praça, a rua, um centro comercial, uma praia etc. Na verdade, pouco importa a função de base; o fundamental é que seja um espaço, qualquer um, onde não haja obstáculos, senão normas gerais e lógicas para o acesso e a participação.

De acordo com este pensamento, a privatização de espaços livres, de uso coletivo, é um problema hoje, que atinge praticamente todas as

idades, diz Serpa (2007). Tal privatização, no caso, da feira livre de Pau dos Ferros, observa-se que apresenta duas realidades: uma que é permanente, um território apropriado diariamente por camelôs e apenas livre no domingo e outro de privatização móvel, ocupado pela feira propriamente dita, de mantimentos, mas também por outro grupo de camelôs, que se vale do fluxo de pessoas, neste dia, para usufruir renda.

Para Braudel (1998, v. 2, p. 18) está “Claro que, mal um espaço fica livre, as feiras se apoderam dele”. Parece-nos que mais do que nunca esta assertiva está posta como uma questão profunda de nosso início de século XXI, ou seja, o aumento das contradições socioespaciais, o desemprego, o subemprego, a subcontratação, a terceirização, todos são elementos deste mundo globalizado mas também localizado que converge para a ocupação dos espaços públicos nas cidades, pelos circuitos inferiores.

Questão profunda porque coloca em discussão o sentido do uso do espaço público nas cidades, bem como porque se trata também, de uma problemática ligada à normatização política destes espaços, de política pública, portanto, recolocando em evidência jogos de força e de poder. De um lado, entre atores sociais de projetos e propósitos variados – população, empresários e Estado – e, de outro, entre estes e o próprio espaço, transformando-o em território apropriado material ou simbolicamente.

Assim sendo, uma das maiores dificuldades que se apresenta para uma cidade é a do seu planejamento urbano, pois a organização do território, de suas calçadas, das ruas, das praças, dos centros comerciais, muitas vezes estão relacionados com os espaços privados os mais diversos. O Estado é um ator central na produção do espaço público em seu sentido jurídico e material, ao passo que os empresários são agentes centrais na produção de espaços privados. Entre os dois e suas “políticas anti-espaciais”, já que, geralmente “a questão da espacialidade” é “deixada de lado” no Brasil (SOUZA, 1998, p. 25), e, principalmente, em seus municípios, essas políticas convergentes fazem desaparecer o verdadeiro

sentido do espaço, sua condição de base para a realização da vida de todos.

É possível notar, hoje, no Brasil e no Rio Grande do Norte, em particular, que os espaços públicos estão se tornando cada vez mais não compartilhados, não visitados, não frequentados, não comunicados, cuja lógica da interação afetiva, simbólica, cultural, cede lugar à lógica do dinheiro e a do lucro e das relações regidas pelo sucesso, não pelo entendimento mútuo.

Neste interim cabe definir, com Carneiro (2007, p. 331), o que entendemos por espaço público:

Um espaço é comunicativo ou público não porque todos os cidadãos e cidadãs usufruem dele, ou porque a sua propriedade é coletiva. Admite-se a possibilidade e realidade de produção e reprodução de espaços comunicativos cuja propriedade é privada, a exemplo dos indivíduos, desde que estes sejam racionais, isto é, aqueles que são capazes de ao afirmarem algo, defender ou que seguindo uma norma, são capazes de justificá-la.

Nesta linha de pensamento, está inclusa a feira livre, com seus feirantes e consumidores. O espaço público da rua é um fluxo de administração do Estado, particularmente, o municipal e, em tese, pertencente a todos os cidadãos, cabendo assim, a ela por direito instituído, sua permanência nela.

Neste sentido, o governo municipal tem aí a função de organizar e fiscalizar. No caso da feira livre de Pau dos Ferros, uma organização e fiscalização são sempre necessárias pela presença de atividades de diferentes circuitos de fluxos socioespaciais, desde o inferior informal ao superior secundário, contribuindo assim, para evitar e dirimir o uso abusivo do agir estratégico.

Portanto, as produções e reproduções materiais e simbólicas ocorridas no espaço público, respectivamente pelo agir instrumental e comunicacional, impõem ao próprio espaço sua natureza como pública

ou privada, pela capacidade que cada uma destas formas de ação humana tem de organizar a vida de cada qual no espaço.

Logo, a comunicação passa a ter uma força relativa reflexiva, quando ligada aos espaços públicos, ou seja, ao mesmo tempo em que cria condições para mudar os pontos de vistas e as ações de forma interativa. Assim sendo, ela permite a recriação de um novo padrão de relacionamento entre os sujeitos, o intersubjetivo, o único talvez capaz de se contrapor ao padrão individualista reinante hoje.

Nesta linha argumentativa, o modo como as pessoas utilizam a linguagem na feira livre é imprescindível para a conquista de seu público/consumidores, pois ao feirante cabe fazer bom uso de sua voz e de sua fala, usando-a com alta intensidade comunicacional para atraí-los. Se este uso comunicacional da linguagem difere os feirantes, também, aproxima-os, pois é uma prática generalizada, um saber oral transmitido por processos de aprendizagem ancorados num saber cultural válido.

Esta questão nos remete a entendermos os processos comunicativos entre atores sociais no espaço público da feira livre e, com isto, o sentido do próprio espaço público, além de sua base material ou jurídica, mas como ato comunicativo livre, aberto à discussão intersubjetiva.

3. Espaço público, feira livre e agir comunicativo

As pessoas interagem linguisticamente em espaços públicos como a feira livre, independentemente do seguimento de padrões da norma culta, da formalidade, pois em geral, pertencem a uma mesma classe social, ligada ao circuito de fluxos inferiores informais por suas condições sistêmicas e mundanas já que falam a mesma linguagem, por assim dizer.

Neste sentido, tanto o feirante quanto o consumidor utilizam-se da razão e da ação de entendimento ao se comunicarem, que é uma ação intersubjetiva, horizontalizada, com expressões, frases, sonoridade, socialmente partilhadas, no espaço público.

Das diferentes formas abordadas de espaço público, Serpa (2007, p. 9) relaciona uma delas a comunicação e o cotidiano, como espaço de simbolismo, ligado especialmente à reprodução cultural, ao dizer que o espaço público:

É visto, ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes idéias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos.

“O ideal do espaço público é reduzir a possibilidade de intimidade e ser o veículo capaz de criar as condições para uma coabitação, um encontro com a alteridade diferenciadora” (GOMES, 2012, p. 28). A rua, a feira livre na rua, lugar de encontro de intimidades, de indivíduos, de sujeitos, do *Ego* com o *Alter*, para usar as expressões habermasianas. É assim, tornando-se público, visível para o outro, que a feira livre cumpre seu papel simbólico de aproximação de pessoas territorialmente distantes, nos lugares.

Nesta linha de raciocínio, Moreira (2006, p. 74) defende o entendimento do espaço pela via da coabitação ao afirmar a existência da “Coabitação do consenso ou a coabitação da coerção de classe” nas sociedades contemporâneas. Consenso e coerção, como resultados diretos do agir humano e social se realizam nos espaços da produção material ou da reprodução simbólica pela via da ação instrumental e da ação comunicativa, respectivamente.

Neste contexto, o espaço comunicativo ou público funda-se, segundo Carneiro (2009, p. 34) no “*princípio de universalização*” habermasiano, o de que:

Toda norma válida tem que preencher a condição de que as consequências e efeitos colaterais que previsivelmente resultem de sua observância universal, para a satisfação dos interesses de todo indivíduo possam ser aceitas sem coação por todos os concernidos (HABERMAS, 2003, p. 147, tradução nossa).

Carneiro (2007, 2009, 2010), seguindo esta linha de pensamento habermasiano, vem defendendo, por sua vez, no âmbito da Geografia esta abordagem espacial do ponto de vista comunicacional. Neste âmbito, e de acordo com Serpa (2007, p. 16, grifos do autor), na perspectiva de Habermas “[...] o espaço público seria o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão”.

Como destaca Habermas (1987), o agir comunicativo parte do uso da linguagem dirigida ao entendimento intersubjetivo através da argumentação. Portanto, toda comunicação é mediada por “*atos de fala*” entre os falantes e ouvintes, assim, especificamente na feira livre de Pau dos Ferros com o encontro semanal entre as pessoas de diversas regiões é fundante neste sentido a comunicação no lugar e com o lugar.

De acordo com este argumento, a feira livre de Pau dos Ferros apresenta-se como ponto de encontro entre familiares e amigos, bem como entres desconhecidos, para comprar, vender, negociar, observar os preços, pechinchar e interagirem entre si e com o meio. Nesta linha de pensamento, Carneiro (2009, p. 39) define a forma do espaço público comunicativo a partir de um “*arranjo interativo de falantes e ouvintes*” juntamente com seu “*arranjo ordenado de objetos*” ambos organizados segundo a lógica requerida por esta forma.

Deste modo, o entendimento humano e social é um processo cooperativo de interpretação de algo no mundo, logo os planos de ação dos atores implicados nele, não se coordenam através de uma perspectiva egocêntrica, mas tão-somente mediante atos de entendimento linguístico. Assim, com Habermas (1987, p. 165) podemos falar de agir comunicativo:

[...] quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas.

Partindo deste pensando, Carneiro (2011) defende que as ações humanas estão amplamente voltadas para o consenso no circuito de fluxos

inferiores e declinam à medida que os atores sociais passam a atuar nos contextos de ação próprios das atividades dos circuitos superiores, desde o secundário ao hegemônico, pois o tipo de racionalidade dominante em cada caso, também, muda, alterando a maneira com que o acervo de conhecimentos, as formas de socialização e o seguimento das leis e normas sociais são utilizadas nas novas situações de fala e ação.

Assim, segundo Tesser (2001, p. 144):

Na interação intersubjetiva, a razão instrumental não preenche as condições de uma racionalidade que contemple o contexto humano porque dirige o comportamento através de fins específicos do saber empírico. Este tipo de “estratégia instrumental” é uma ação de uns sobre outros e sobre a situação da ação, a qual é veiculada através de atividades não linguísticas.

Os feirantes da feira livre de Pau dos Ferros fazendo uso de sua “*lábria comercial*” faz da sua fala um meio de comunicação e por meio de sua criatividade elabora estratégias de atrair o freguês e de induzi-lo a comprar sua mercadoria, como a promoção, baixa de preços, ou anúncio da qualidade do produto. São atos humanos diretamente ligados ao uso da fala e que remetem a reprodução simbólica da própria feira livre, num embate entre espaço público e privado.

4. Espaço público, espaço privado, reprodução simbólica e material da/na Feira livre de Pau dos Ferros

Carneiro (2007, 2009) defende que o espaço público se produz e reproduz pela via do agir comunicacional ao passo que o espaço privado pelo agir instrumental. No primeiro caso, tem-se uma produção e reprodução simbólica, que garante a manutenção das tradições culturais dos grupos a eles ligados, enquanto que no segundo a produção e reprodução é material, garantido a continuidade da atividade produtiva deste mesmo grupo.

Ao falarmos de reprodução simbólica da/na feira livre de Pau dos Ferros, queremos significar com isso que o agir comunicativo contribui e

tem contribuído historicamente para que a feira se reproduza, que o seu grupo cultural específico, o feirante-comerciante e o feirante-consumidor, continue existindo.

Por outro lado, a transmissão de saberes, garantidora da reprodução simbólica do espaço e, por tanto, implica na reprodução de uma forma espacial com conteúdo público comunicativo, ou seja, um espaço público comunicativo. No ambiente inseguro e violento das cidades contemporâneas, inclusive Pau dos Ferros, cuja população tende, cada vez mais, a se encastelar dentro de muros e grades cercadas em formato de prisão, assim a feira simboliza um momento contraditório, qual seja, a reafirmação da vida pública humana, enfim, o direito a não apenas habitar, como no castelo/casa, mas a viver a cidade e viver em comunicação com o outro harmoniosamente.

Neste âmbito, esta comunicação transforma espaço em lugar, assim,

O espaço, nesse contexto, pode ser percebido como um “lugar”, que [...] refere-se aos espaços de construção histórica, singulares, carregados de simbolismo e que agregam ideias e sentimentos produzidos por aqueles que o habitam, ou seja, lugares repletos de experiências, sentimentos de identidade e de pertencimento individual e coletivo (GOMES, 2000, p. 368).

No campo do simbólico, as trocas de favores eram comuns entre os feirantes, nas situações em que um feirante “tomava conta da barraca” do outro, ou mesmo ajudando na venda de algum produto. E, também, na sociabilidade coexistente entre os feirantes mais próximos, amigos ou familiares.

Escrevendo sobre a cidade como ator social, Oliva (2005, p. 74) diz que:

A coexistência permite à cidade ser o lugar do encontro da diferença, o que abre as chances para que se supere, ao menos, em parte, as segregações sociais e econômicas, culturais e étnicas.

Por outro lado, é possível observar que alguns comerciantes ligados ao circuito de fluxos inferiores formais armam barracas nas ruas da feira livre para comercializar as mercadorias de suas lojas, se valendo do ambiente da feira como estratégia de venda. Isso ocorre, também, para chamar a atenção das pessoas que passam na frente ou frequenta essas lojas.

Apesar desta prática existente parece haver entre os feirantes dos diferentes circuitos inferiores, no caso, o inferior informal e o inferior formal, uma relação de compreensão mútua e ganho coletivo desta copresença da feira com as lojas e destas com aquela.

Pensamos que a feira livre, enquanto espaço público urbano, cumpra esta função e possa, cada vez mais, vir a fazê-lo, desde que seu reconhecimento social e político, seja garantido.

5. Considerações finais

Há uma dinâmica da interação humana e social envolvendo ações comunicativas, instrumental e estratégica no espaço público da feira livre de Pau dos Ferros.

A satisfação das pessoas com a feira livre local é algo a ser destacado, pois muitas vezes partindo do ponto de vista simbólico, as pessoas passam a fazer uso da mesma por conservarem a cultura.

6. Referências

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII.** Os Jogos das trocas simbólicas. São Paulo: Martins Fontes, 1989. v. 2.

CARNEIRO, R. N. **A produção social pública dos lugares numa perspectiva comunicativa como contraponto à produção social privada.** In: I Simpósio Internacional sobre as Geografias da Violência e do Medo: “Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados”. Recife. Anais... Recife: UFPE, 2007.

_____. A natureza do espaço numa perspectiva comunicativa ou pública. **Boletim Goiano de Geografia Goiânia**, Goiás, Brasil, v. 29, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4959>>. Acesso em: 01/02/2014.

_____. Espaço público comunicativo. In: **Simpósio Internacional sobre as Geografias da violência e do medo**. 4, 2010. Recife: **Anais...** Recife: UFPE, 2010. 1 CD-ROM.

_____. **As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir do Nordeste brasileiro.** 2011. 100 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

_____. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E. de; ____; CORRÊA, R. L. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-42.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

_____. **Teoría de la acción comunicativa:** racionalidad de la acción y racionalización social. 4. ed. Madrid: Taurus, 2003. v. I.

OLIVA, J. T. A cidade como ator social – a força da urbanidade. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Orgs.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 73-78.

MOREIRA, R. O espaço geográfico e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. (org.). **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 109-121.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SOUSA, M. A. A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p.21-28.

Conclusões

A feira livre representa, para o sertanejo nordestino, uma das formas simbólicas espaciais mais notáveis de manifestações humanas ligadas à cultura popular. Esta, muitas vezes, é invadida e distorcida pela racionalidade dominante, sistêmica, contudo resiste, de diferentes maneiras, como pode, inclusive, mediante o seu engajamento em atividades produtivas informais.

Assim sendo, esta informalidade é uma condição de sua existência original e contemporânea, assim, como a sua localização no espaço público da rua. Feira livre e rua se fundem numa imbricada relação socioespacial, isto é, em relações recíprocas entre sujeito e espaço, cujas ações daquele produzem este e, este, por sua vez, condiciona às ações daquele, num processo reprodutivo ininterrupto.

Como circuito de fluxos sociais econômicos e culturais, a feira livre continua se produzindo materialmente e se reproduzindo simbolicamente. Um embate sempre presente, sempre vivo, entre mundo do sistema e o mundo da vida, entre um acontecer hierárquico, regulador, perverso e um acontecer homólogo, autorregulado, cooperativo.

Neste contexto, herança material e cultural de uma estrutura social outrora reinante no sertão nordestino, este lugar simbólico, a feira livre, é condição e resultado inicialmente de processos de ocupação humana, que originaram inúmeras cidades em todo o nosso território. Criadas, a partir de dentro, de um processo endógeno, local, territorial, longamente preparado, as feiras livres são, cada vez mais, influenciadas pelas transformações econômicas operadas no Brasil e nas cidades brasileiras, sempre cada vez mais aptas a acolher o novo.

Cada vez menos, o ponto de encontro e de socialização, ela, ainda, guarda, porém, este caráter pretérito de sua própria constituição. Logo, a feira é um mundo, o mundo do feirante, sobretudo, lugar de sua

socialização e de personalização, o lugar de encontro desta pessoa com os outros e com as alteridades, com o seu semelhante e seus dessemelhantes.

Enquanto mundo social vivido, ela permite o envolvimento humano em um conjunto de normas muito particulares, ou seja, um conjunto de sons, de gestos, corpos dispostos no espaço animados por ações conforme às normas, o grito, o negociar, o falar, o conversar, o uso comunicativo da linguagem, uma outra racionalidade.

Nestes termos, a feira livre de Pau dos Ferros é uma atividade econômica e cultural secular, datada de 1859, que se confunde com a própria constituição do município em 1857. Deste modo, entender o processo de constituição social local é, ao mesmo tempo, remeter-se aos processos históricos e territoriais de produção material ligado às atividades humanas locais, no início, sobretudo agropastoris e, em seguida, terciárias e aos processos de reprodução simbólica engendrados por sua cultura àqueles conectados.

Portanto, estes processos materiais e simbólicos de produção sócioespacial no âmbito da feira livre local, devem ser entendidos, sobretudo hoje, com o “retorno do circuito inferior” por sua associação às atividades dos circuitos superiores.

Índice Remissivo

- Ação, 79
 - Comunicativa, 36, 37, 39, 61, 72, 90, 100, 105
 - Instrumental, 49, 79
 - Estratégica, 79, 87

- Circuito de fluxos inferiores, 38
 - informais, 27
 - formais, 27
 - e ação comunicativa, 40
 - e ação instrumental, 40
 - e trabalho, 41
 - e créditos, 41
 - e apoio estatal, 42

- Circuito espacial da produção, 120
 - e escala, 121
 - e circuitos da economia urbana, 123
 - e circuito de fluxos superiores, 39

- Cultura, 60, 101
 - e centralidade urbana, 46
 - sujeito e espaço, 102

- Espaço privado
 - e ação comunicativa, 142
 - e ação instrumental, 148

- Espaço público, 147
 - comunicativo, 36, 49
 - e ação comunicativa, 36, 148

Feira livre

e circuito inferior, 45, 50

e mundo do sistema, 80

Mundo

do sistema, 36, 37, 77, 78, 79, 80, 81

da vida, 36, 37, 81, 82, 100

Personalidade, 42, 102

e identidade, 102

Os autores

Rosalvo Nobre Carneiro

Professor Adjunto do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH da UERN. Atualmente, é Bolsista de Produtividade em Pesquisa da UERN. Desenvolve estudos e trabalhos nos seguintes temas: Ensino de Geografia. Estudos Culturais e Humanistas em Geografia e Ciências Humanas. Relações entre Cultura, Mercado e Estado. Identidades territoriais e subjetividade humana. Ética e identidade territorial. Políticas públicas e desenvolvimento regional. Espaço, violência e medo. Espaço público e privado. Geografia e interdisciplinaridade.

Ana Cristina Carvalho de Araújo

Estudante do curso de Graduação em Geografia do Campus Avançado Prof. Maria Elisa de Albuquerque Maia, UERN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Ensino e Ciências Humanas – GEPEECH – deste curso e desta instituição. Membro da pesquisa FAPERN/CNPq: “Espaço público e circuito inferior informal da feira livre de Pau dos Ferros, RN”.

Arilane Fernandes Maia

Estudante do curso de Graduação em Geografia do Campus Avançado Prof. Maria Elisa de Albuquerque Maia, UERN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Ensino e Ciências Humanas – GEPEECH – deste curso e desta instituição. Membro da pesquisa FAPERN/CNPq: “Espaço público e circuito inferior informal da feira livre de Pau dos Ferros, RN”.

Caio Anderson de Oliveira Pereira

Estudante do curso de Graduação em Geografia do Campus Avançado Prof. Maria Elisa de Albuquerque Maia, UERN. Membros do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Ensino e Ciências Humanas – GEPEECH – deste curso e desta instituição. Membro da pesquisa FAPERN/CNPq: “Espaço público e circuito inferior informal da feira livre de Pau dos Ferros, RN”.

Francisco Ringostar Pinto

Estudante do curso de Graduação em Geografia do Campus Avançado Prof. Maria Elisa de Albuquerque Maia, UERN. Membros do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Ensino e Ciências Humanas – GEPEECH – deste curso e desta instituição. Bolsista PIBIC/CNPq da pesquisa “As Geografias da violência e do medo no Alto Oeste Potiguar-RN”.

José Fontes Batista

Estudante do curso de Graduação em Geografia do Campus Avançado Prof. Maria Elisa de Albuquerque Maia, UERN. Membros do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Ensino e Ciências Humanas – GEPEECH – deste curso e desta instituição. Bolsista FAPERN/CNPq, do projeto “Espaço público e circuito inferior informal da feira livre de Pau dos Ferros, RN”.

Neste livro *Circuito inferior e fluxos socioespaciais: a feira livre de Pau dos Ferros-RN* chama a atenção o rigor metodológico adotado pelo coordenador da pesquisa: escolha das inspirações teóricas que revelam a não ortodoxia do professor na escolha, convivendo autores de diferentes métodos, visões de mundo, madurês intelectual, disciplinas, temas trabalhado; a organização das entrevistas, com a produção de formulários, aprimoramento do universo da pesquisa e seleção da amostragem, deixando claro ao leitor uma busca incessante de rigor científico.

